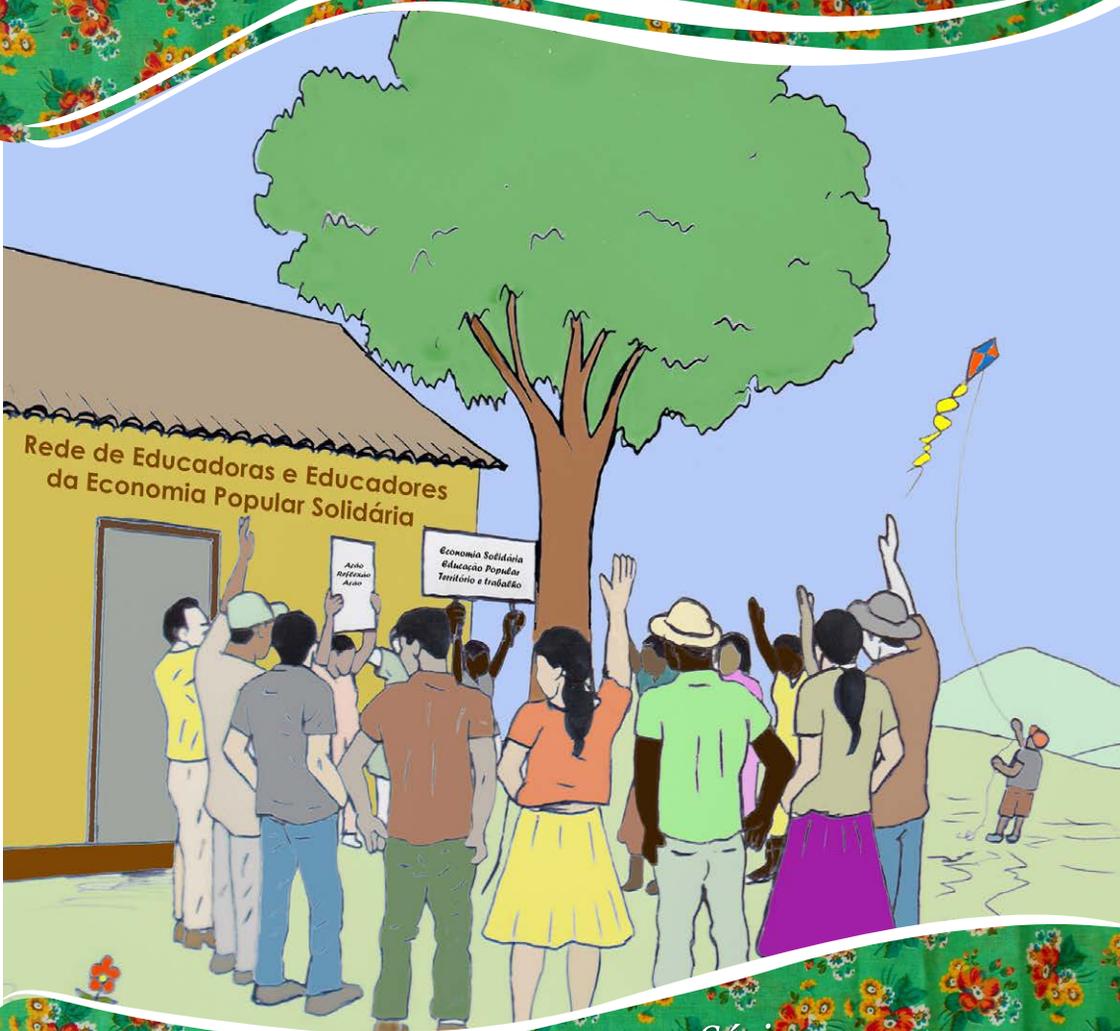


Encantar a vida com a Educação Popular e a Economia Solidária



Série

Trilhas
Educativas



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L315e Laporte, Ana Luzia

Encantar a vida com a educação popular e a economia solidária / Ana Luzia Laporte, Denizart Fazio, Roseny de Almeida; aportes ao texto: Daniel Tygel. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

84 p. (Série Trilhas Educativas ; caderno 1)

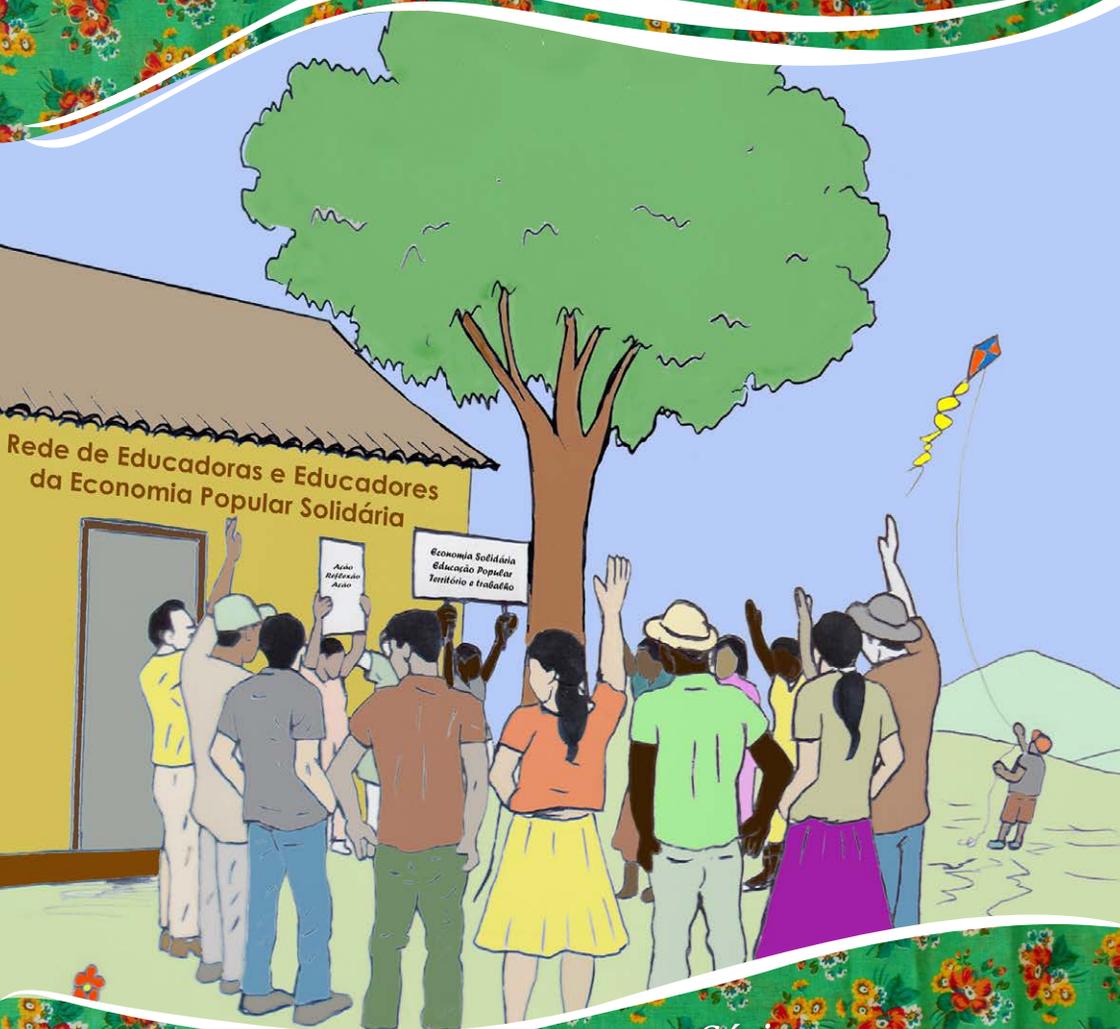
ISBN 978-85-397-0986-1

1. Educação popular. 2. Economia social. I. Fazio, Denizart. II. Almeida, Roseny de. III. Tygel, Daniel. IV. Título. V. Série.

CDD 23. ed. 370.115

Lucas Martins Kern CRB 10/2288
Setor de Tratamento da Informação da BC-PUCRS

Encantar a vida com a Educação Popular e a Economia Solidária



Série

Trilhas
Educativas



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste



Expediente

Província Marista Brasil Centro-Norte
União Brasileira de Educação e Ensino

Diretoria-Geral

Ir. Ataíde José de Lima | Provincial e Diretor-Presidente
Ir. Adalberto Batista Amaral | Vice-Provincial e Diretor-Secretário
Ir. José Wagner Rodrigues da Cruz | Diretor Vice-Presidente
Ir. Renato Augusto da Silva | Ecônomo Provincial e Diretor-Tesoureiro
Ir. Iranilson Correia de Lima | Conselheiro Provincial e Diretor
Ir. José de Assis Elias de Brito | Conselheiro Provincial e Diretor
Ir. Joarês Pinheiro de Sousa | Conselheiro Provincial e Diretor

Superintendência Socioeducacional

Dilma Alves Rodrigues | Superintendente

Instituto Marista de Solidariedade – IMS

Shirlei Aparecida Almeida Silva | Diretora

Rizoneide Souza Amorim | Roseny de Almeida
Coordenação das Publicações

Ana Luzia Laporte | Denizart Fazio
Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (Nesol-USP)
Roseny de Almeida
Produção Textual

Daniel Tygel | Aportes ao Texto

Arte em Movimento
Projeto Gráfico, Diagramação, Revisão e Capa

Tiragem: 2 mil exemplares

www.marista.edu.br/ims

Brasília, maio de 2017.

Sumário

| | |
|---|----|
| Agradecimentos | 4 |
| Apresentação | 7 |
| Educação Popular | 9 |
| A Educação Popular e seus princípios | 10 |
| Os saberes necessários à prática educativa | 13 |
| Quando Educação Popular e Economia Solidária se encontram | 17 |
| O trabalho | 18 |
| O território | 18 |
| Sistematização do conceito e prática de educação em Economia Solidária | 23 |
| Linha do tempo dos marcos recentes | 24 |
| Diretrizes político-metodológicas de Economia Solidária | 26 |
| Práticas e metodologias de Educação Popular | 29 |
| Passo 1: Conhecendo a realidade | 32 |
| <i>Análise de conjuntura</i> | 32 |
| <i>Diagnósticos participativos</i> | 37 |
| Passo 2: Planejamento das ações | 44 |
| <i>Planejamento coletivo</i> | 45 |
| <i>Elaboração de projeto</i> | 49 |
| Passo 3: Ação coletiva | 60 |
| <i>Desenvolvimento territorial sustentável e solidário a partir da Educação Popular</i> | 61 |
| <i>Teatro do Oprimido</i> | 63 |
| <i>Comunicação popular</i> | 67 |
| Passo 4: Sistematização | 75 |
| Bibliografia | 81 |

Agradecimentos

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina. O que vale na vida não é o ponto de partida, e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher.”

Cora Coralina

Querida gente brasileira, em especial mineiros, capixabas, cariocas e paulistas, estamos finalizando um ciclo de oito anos (2009–2017) na execução dos Projetos Centros de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária da Região Sudeste – Rede CFES Sudeste. Foi um período de muito aprendizado e muita construção coletiva no universo da educação na perspectiva da Economia Solidária. Nessa caminhada, trilhamos e ressignificamos nossas atitudes e demos o nosso melhor para fazer acontecer a tão sonhada formação em Economia Solidária em diferentes territórios destes quatro estados Minas Gerais (MG), Rio de Janeiro (RJ), São Paulo (SP) e Espírito Santo (ES).

Foi uma caminhada de muitas alegrias, mas também muito desafiadora, com vários percalços ao longo dela. Nesse período, celebramos a passagem e ressurreição do nosso querido colega **Wilson Roberto**, a quem dedicamos estas publicações. Wilson esteve presente no CFES, inicialmente, insistindo na missão e nos fazendo sonhar, acreditar e realizar. O seu sonho se tornou nosso e foi para muito mais além de um simples projeto. Traçamos novas trilhas de um Centro de Formação com sentido, avançando na construção de uma sociedade solidária, justa e partilhada para todas as pessoas, na qual a alegria, a mesa farta, a crítica construtiva e a partilha dos sonhos e ideais fossem uma constante.



Wilson Roberto

Nossa gente, temos muito para agradecer, primeiramente aos Fóruns Estaduais de Economia Solidária – Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária; FCP – RJ (Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro), Fórum Paulista de Economia Solidária e Fórum de Economia Popular Solidária do Espírito Santo, que estiveram em todos os momentos, lado a lado, nessa construção: recebam a nossa profunda gratidão. Materializaram-se nesse tempo e caminhada os Núcleos Temáticos Regionais (Educação Popular, Finanças Solidárias, Comercialização Solidária e Redes de Colaboração Solidária).

Na produção teórica, agradecemos às autoras e aos autores que, a partir do vivido nos processos educativos, nos ajudaram a ampliar os nossos horizontes e se desdobraram na produção dos textos que enriqueceram a Série Trilhas Educativas, tais quais: Ana Luzia Laporte (Analu), Carlos Rodrigues Brandão, Conceição Evaristo, Daniela Rueda, Euclides Mance, Lia Tiriba, Luigi Verardo, Manuel Vital de Carvalho Filho, Pedro Otoni, Regilane Fernandes, Sandra Quintela e Webert da Cruz.

Por último, mas com igual importância, registramos o nosso agradecimento aos queridos Irmãos Maristas da Província Marista do Brasil Centro-Norte, herdeiros do sonho de Marcelino Champagnat, que com sua generosidade colocaram a instituição a serviço da vida, na luta pelos direitos humanos, na promoção da Economia Solidária e na gestão dessa parceria.

E, para finalizar, estamos convictas de que a colheita desse período se fortalecerá na militância de cada educador(a) dos coletivos estaduais, dos fóruns e redes que darão continuidade à caminhada para além de um projeto, e certas de que estas publicações chegarão a locais onde os nossos pés não nos levaram, mas que os nossos sonhos já anunciavam. Que a construção de uma sociedade solidária, já despontando no horizonte, rompendo toda a opressão de um sistema em agonia, ganhe novo alento e força para brilhar no céu deste nosso Brasil. Continuaremos nos encontrando na militância do movimento de Economia Solidária e defendendo a democracia e a garantia ao trabalho associado no nosso país.

Rizoneide Souza Amorim
Analista Social de Referência

Shirlei A. A. Silva
Diretora do IMS

Apresentação da Série Trilhas Educativas

Como fruto desses anos de construção coletiva, apresentamos a **Série Trilhas Educativas**, que contém 2 livros, 4 cadernos, 6 vídeos e 6 pôsteres/cartazes e 1 *banner* com os diferentes temas abordados na trajetória da Rede CFES Sudeste, conforme descrição abaixo:

- ✔ Livro I – Que história é essa de capitalismo? Existem outras formas de encantar a vida social – esse livro aborda de forma simples e didática a trajetória dos modos de produção – tribal, tributário, escravista, feudal, capitalista – e as perspectivas de superação do capitalismo, apresentando novas formas de produção na perspectiva da Economia Solidária. A partir desse livro, temos cadernos que vão tratar das bandeiras da Economia Solidária.
- ✔ Caderno 1: Encantar a Vida com a Educação Popular e a Economia Solidária – aborda a Educação Popular, o encontro da Educação Popular e a Economia Solidária, as diretrizes político-metodológicas, e finaliza com várias práticas e metodologias de Educação Popular.
- ✔ Caderno 2: Encantar a Vida com a Organização da Produção, Comercialização Justa e Solidária e Consumo Responsável – aborda a organização da produção, comercialização e o consumo na perspectiva da Economia Solidária, com metodologias práticas para lidar com temas fundantes da Economia Solidária.
- ✔ Caderno 3: Encantar a Vida com as Finanças Solidárias – trata da economia e finanças solidárias e apresenta as diferentes modalidades do tema: clubes de trocas, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e bancos comunitários.
- ✔ Caderno 4: Encantar a Vida com as Redes de Colaboração Solidária – apresenta o debate conceitual sobre as redes solidárias, como organizá-las e os procedimentos internos da organização de redes.
- ✔ Livro II – Encantar a vida com a diversidade – trata-se de uma coletânea de artigos com temas que são transversais para a Economia Solidária e que sempre foram abordados nos processos educativos no âmbito do CFES Sudeste. Os principais temas dessa publicação são: autogestão, bem viver, juventudes, mulheres, território e raça/etnia.

Esta sistematização que entregamos ao movimento de Economia Solidária é resultado da concretude do fazer do CFES ao longo desses anos da construção coletiva, de muitas pessoas e instituições – às quais somos profundamente gratas pela parceria –, que somaram conosco ao longo dos oito últimos anos para fazer acontecer a Rede CFES Sudeste.

Boa leitura!

Equipe IMS

Apresentação

É com imenso prazer que apresentamos este caderno temático. Com esta publicação, estamos dando continuidade ao processo formativo na linha da Educação Popular e somos desafiadas(os) a contribuir com o processo dos Movimentos Sociais Populares, desejosos de qualificação em suas práticas.

Este caderno tem a intenção de ser um material de apoio aos formadores e às formadoras da Economia Solidária que atuam nos contextos rural ou urbano. Foi pensado como uma “caixa de ferramentas” a partir da qual você, educadora(o), poderá preparar criativamente as dinâmicas de formação com os grupos. Ele não vem com respostas prontas, mas sim com muitas sugestões de caminhos para inspirar sua ação educadora.

Queremos contribuir para a reflexão sobre Educação Popular e produzir reflexões sobre práticas sociais nos diferentes processos de formação.

A Educação Popular tem história no Brasil, tem um longo percurso a partir de um conjunto de práticas e experiências junto às classes populares, no campo e na cidade, com os mais diferentes grupos de trabalhadoras(es), em especial aquelas(es) em situação de pobreza, excluídas(os) de seus direitos básicos.

A experiência de alfabetização desenvolvida pelo educador Paulo Freire, além de muitas outras experiências, práticas e reflexões teóricas, produziu esse campo de conhecimento e uma perspectiva e concepção de educação emancipatória profundamente ligada à realidade do povo brasileiro.

O importante na Educação Popular não é o espaço no qual ela se realiza, mas sim que ela esteja preparando pessoas que reforcem o protagonismo popular em processos que garantam sua autonomia.

É nessa direção que estamos juntas(os) com tantos outros e outras amadurecendo nossas intuições e ações, apostando que no processo de contradições conseguiremos dar respostas que enfrentem o desafio da emancipação do povo e pelo povo.

Paulo Freire direciona uma educação transformadora, com caráter de integralidade, fazendo com que cidadãos e cidadãs pensem dentro da sua realidade, reflitam e possam ser donas(os) da sua própria história. Ele partia do

pressuposto de que “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Assim, a intenção de Paulo Freire era estimular a consciência social, contribuindo com processos nos quais as pessoas são sujeito da ação social. Isso é Educação Popular, como veremos neste caderno.

Acreditamos que o debate plural e o respeito às diferentes concepções nos colocam num processo de crescimento permanente. A Educação Popular é um tema desafiador. E com esta publicação queremos contribuir com elementos metodológicos para facilitar e fortalecer a ação dos movimentos sociais que desenvolvem trabalhos nas mais diversas áreas.

Boa leitura a todas e todos.

Maria Zélia Pinto Ferraz e Olinea Costa Cysneiros

Rede de Educadoras e Educadores Populares de Economia Solidária

Ana Luzia Laporte e Denizart Busto Fazio

Rede de Formadores de Economia Solidária de São Paulo



Educação Popular

sujeito em seu processo educativo



A Educação Popular e seus princípios

A Educação Popular pode ser entendida de muitas maneiras. Portanto, é um conceito plural, em que cabem muitos significados, mas sempre mantendo um núcleo comum. Quando falamos em Educação Popular, estamos nos referindo muitas vezes a um conjunto de saberes sobre a prática educativa; outras vezes a uma certa teoria da educação; outras a um trabalho popular.

Brandão e Assumpção (2009) nos dizem que geralmente se entende a Educação Popular de duas maneiras: “Primeiro, enquanto processo geral de reconstrução do saber social necessário, como educação da comunidade, e, segundo, como trabalho político de luta pelas transformações sociais, como emancipação dos sujeitos, democratização e justiça social”.

Ainda assim, parecemos longe de uma definição, o que não nos surpreende, pois, como nos lembram os mesmos autores, mais importante do que tentar definir o que é a Educação Popular, descobrir o seu ser, é descobrir onde ela acontece, ou seja, nas práticas populares. Isso porque a Educação Popular busca estabelecer uma articulação entre a prática educativa e “um trabalho político progressivamente popular” com um objetivo muito claro: o engajamento na transformação das estruturas opressoras da nossa sociedade.

Se o objetivo mais amplo da Educação Popular é esse que acabamos de apontar, podemos dizer que a Educação Popular, ao realizar um trabalho do e com o povo por meio da educação, tem um objetivo específico, que é o da construção de novos saberes. Isso não quer dizer que a Educação Popular se defina como uma atividade de sala de aula, mas sobretudo que ela compreende que é na construção desses novos saberes populares que se pode construir e articular um poder popular. Esse saber é construído a partir de situações práticas, a partir do encontro entre sujeitos comprometidos com a mudança.

Assim, podemos apontar cinco princípios fundamentais da Educação Popular.

Primeiro princípio: compromisso com o trabalho do e com o povo, ou seja, se escolhe politicamente uma parcela da sociedade, normalmente excluída.

Segundo princípio: o engajamento, junto com o povo, na construção de um saber próprio dessa parcela da sociedade, a construção de um saber popular.

Terceiro princípio: a construção desse saber popular se dá nas lutas pela transformação da sociedade, buscando fortalecer o poder popular.

A Educação Popular é, hoje, a possibilidade da prática regida pela diferença, desde que a sua razão tenha uma mesma direção: o fortalecimento do poder popular, através da construção de um saber de classe (Brandão e Assumpção, 2009).

Quarto princípio: o compromisso com a emancipação do sujeito. Na concepção da Educação Popular, o mundo é uma realidade em construção. E nosso entendimento – a maneira como entendemos o mundo – também está em construção, de forma que, ao nos engajarmos em lutas pela mudança do mundo – e isso quer dizer atacar as suas estruturas de opressão –, também nos engajamos na mudança dos sujeitos. Assim, a intenção desse tipo de educação é construir processos nos quais as pessoas se fortaleçam enquanto sujeitos da história, e não como objetos passivos. Para isso, a Educação Popular desenvolve mecanismos e metodologias que unem a prática e a reflexão, buscando trazer para a consciência o como participamos dos processos históricos em marcha e o como construir práticas de ação coletiva, com a intenção de transformação desses processos.

Quinto princípio: construção a partir do diálogo. Se está claro que a Educação Popular tem um compromisso com a luta contra as estruturas de opressão, que faz isso junto ao povo, com o objetivo da construção de um saber popular, que essa educação se dá no interior de suas lutas, poderíamos nos perguntar como a Educação Popular se propõe a abarcar um leque tão grande de intenções. A resposta é que ela faz isso a partir do diálogo. É um engano achar que o diálogo seja apenas uma conversa, uma troca de palavras, uma simples maneira de realizar a comunicação entre nós. Na Educação Popular, o diálogo é muito mais do que isso. A palavra é o momento em que sujeitos podem se reconhecer uns nos outros e assim construir algo novo. É a partir dela que está a potencialidade de acontecer todo o processo que descrevemos anteriormente. Nas palavras de Fiori, na sua introdução à Pedagogia do Oprimido, “O diálogo autêntico – reconhecimento do outro e reconhecimento de si, no outro – é decisão e compromisso de colaborar na construção do mundo comum”.

Então, quando falamos diálogo na Educação Popular estamos pensando nesse significado especial da palavra e do encontro dos sujeitos. Isso só acontece quando ação e reflexão se encontram, que é o que Freire chamará de práxis: “Não há palavra verdadeira que não seja práxis”, ou seja, que não seja uma palavra comprometida com a realidade e a sua transformação. É por isso que Freire nos dirá que a palavra verdadeira é sempre uma palavra de denúncia, aquela que tem o compromisso com a transformação. Sem a ação, a palavra se

torna vazia, superficial; sem reflexão, a palavra se transforma em simples ativismo que ao final pode acabar servindo às forças opressoras. Seja a ação pela ação ou a palavra pela palavra, se não houver uma palavra que seja ação e reflexão, o diálogo não pode acontecer.

Em alguns momentos, Freire chamará o diálogo de uma “pronúncia do mundo”, pois para que o diálogo exista é preciso reconhecer uma humanidade. Em suas palavras, “Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo”. É só no reconhecimento da igualdade entre as pessoas e de que ninguém é autossuficiente que o diálogo pode acontecer. Trata-se de uma lição de humildade, pois “Os homens que não têm humildade ou a perdem não podem aproximar-se do povo. Não podem ser seus companheiros de pronúncia do mundo”. É o verdadeiro encontro que permite o diálogo e que possibilitará o engajamento e a construção de um novo mundo.

“Neste lugar de encontro, não há ignorantes absolutos nem sábios absolutos: há homens que, em comunhão, buscam saber mais. Não há também diálogo se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens.”

Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido.

Por fim, é importante dizer que, para a Educação Popular, **os conhecimentos não estão acabados, mas são ponto de partida** para serem interpretados, relacionados e transformados, a partir das práticas populares. Se o mundo (assim como os conhecimentos) está em construção, precisamos sempre (re)construir nossa compreensão sobre o mundo. Isso também aconteceu com a própria Educação Popular, pois o mundo em que ela foi criada é muito diferente do de hoje. Mudaram as formas de comunicação, de controle e de poder. A organização da sociedade capitalista também sofreu mudanças, como a globalização e a financeirização dos capitais, e é por isso que precisamos constantemente (re)ler o mundo. Nesse sentido, como a Educação Popular tem um compromisso com a emancipação do sujeito, é nesse processo de ler e reler o mundo que os sujeitos vão se tornando conscientes sobre quais são os processos em que estão inseridos e das possibilidades de intervenção na realidade.

Por isso, a Educação Popular propõe uma **análise crítica** da sociedade, que pergunta constantemente sobre o porquê do mundo estar como está hoje e como cada coisa chegou a ser como é. Essa tomada de consciência é um processo de humanização, de construir uma participação ativa no mundo, e não só ficar buscando se adequar.

“Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito que o homem pode realmente conhecer. Por isso mesmo é que, no processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas.”

Paulo Freire, Comunicação ou Extensão.

Os saberes necessários à prática educativa

Depois dessa breve introdução sobre o que é a Educação Popular e seus princípios fundamentais, já dá para visualizarmos quem é a(o) educadora(o) popular. A(O) educadora(o) popular, assim como qualquer pessoa que esteja vivenciando um processo de aprendizagem, precisa ter **abertura** às questões, angústias e curiosidades das(os) outras(os), que precisam ser parte ativa do encontro educativo. Essa abertura significa também estar atento, tanto às falas quanto aos silêncios, aos incômodos que podem ser dificuldades de se colocar ativamente e participar durante a atividade de formação.

A(O) educadora(o) apoia o grupo, contribuindo para a construção de um ambiente de **diálogo** democrático. Ela(ele) ajuda a organizar as discussões para que todas(os) tenham direito à voz, esclareçam suas dúvidas e participem de eventuais decisões no processo educativo. Também é uma(o) problematizadora(o), ou seja, questiona algumas verdades já naturalizadas, fortalecendo o exercício de sempre nos perguntarmos por que as coisas são como são. Não se trata de uma(o) simples mediadora(o), mas de um sujeito engajado na construção de relações não opressoras, que se junta a companheiros e companheiras para a “pronúncia do mundo”.

Também contribui para **articular os saberes acadêmicos e populares**, ajudando na apropriação crítica de ferramentas como plano de negócios, fluxo de caixa, entre outros exemplos. É essa articulação, assim como a da **teoria com a prática**, que permite a transformação social. Esse momento de encontro entre o saber acadêmico e o popular é muito importante, pois é comum a crença de que a eliminação das desigualdades dos saberes seria imediata, e que para isso bastaria boa vontade, ou ainda simplesmente ter uma metodologia adequada. Essa desigualdade só pode se dar com a mudança de estruturas muito profundas, e não em termos metodológicos, e as(os) educadoras(es) populares precisam estar conscientes dela para buscar formas de adequá-la ao trabalho educativo.

A desigualdade de saber e poder “(...) não se resolve metodologicamente nem na relação de compromisso entre os dois lados (...). Constituída por relações desiguais da estrutura social de saber e de poder, tal desigualdade é constitutiva da própria ação mediadora do agente a quem, não raro, gostamos de dar o nome de intelectual orgânico a serviço das classes populares. O seu trabalho de agente é útil ao povo porque é conjunturalmente desigual, ainda que no seu horizonte exista, na bruma da manhã, a aurora de um mundo onde a diferença que faz a liberdade não se estabeleça sobre a desigualdade que gera e preserva a opressão.”

*BRANDÃO, Carlos Rodrigues.
A participação da pesquisa no trabalho popular.*

A atividade de Educação Popular é um **processo planejado**. Ela não é um encontro desinteressado, mas uma atividade programada com uma intenção definida. Esse planejamento não precisa ser uma “camisa de força”: ele deve ser flexível para acolher as questões trazidas pelas(os) participantes ao longo do processo educativo. A **intencionalidade** da formação precisa estar clara e comprometida com a transformação da sociedade. É comum práticas, ao se pretenderem populares, caírem em uma desresponsabilização da atividade pedagógica; assim, a necessidade de que todas(os) tenham voz, a necessidade de participação e engajamento dos sujeitos em uma construção coletiva acaba sendo muitas vezes confundida com dispersão, falta de objetivos e de percursos claros, correndo o risco da formação se transformar em um simples encontro entre amigos ou “terapia coletiva”.

A formação, na Educação Popular, **parte da realidade concreta**, de como ela é vivida e percebida pelas pessoas. Assim, percebemos a potencialidade das mudanças, tendo como ponto inicial a transformação da realidade próxima, comunitária, familiar e de suas contradições. É nesse sentido que a Educação Popular em Economia Solidária se alia ao território e às territorialidades que a compõem. À frente, falaremos mais sobre essa importante relação com o território.

Para conhecer essa realidade e conseguir compreendê-la além do senso comum, temos a **pesquisa participante** como uma ferramenta essencial. Ela é feita a partir da realidade das trabalhadoras e trabalhadores e com elas(es), que também decidem o que será pesquisado. É com essa ferramenta que conseguimos pensar, descrever e agir sobre a realidade, levantando dados, fazendo entrevistas e debatendo coletivamente as conclusões.

Outra ferramenta importante nos processos de Educação Popular é a **sistematização**, ou seja, o registro da experiência e também da reflexão coletiva sobre o que se aprende com ela. A sistematização nos ajuda a refletir sobre o processo vivido e também a compartilhar os aprendizados e as dificuldades com outras pessoas e grupos.





Quando Educação Popular e Economia Solidária se encontram



O movimento de Economia Solidária vem discutindo há mais de dez anos sobre a identidade e fundamentos de suas práticas pedagógicas, sobretudo por meio de encontros nacionais (nas Oficinas Nacionais de Formação, conferências, plenárias, etc.). Mesmo com a grande diversidade de práticas educativas da Economia Solidária (atividades relacionadas ao planejamento, produção de bens e serviços, distribuição, comercialização, finanças, consumo, redes e cadeias de cooperação), observa-se que há alguns pontos em comum, dos quais gostaríamos de enfatizar dois: o trabalho como princípio educativo e o território.

O trabalho

Nas práticas de educação em Economia Solidária, o **trabalho** é compreendido como o ponto de partida para realizar os processos educativos. Entretanto, não se trata de trabalho alienado, mas autogestionário. É a partir do aprendizado vivenciado na prática do dia a dia da autogestão e da apropriação de conhecimentos necessários às diferentes atividades econômicas que se estrutura a formação em Economia Solidária. Essa é uma formação contínua, pois não se aprende apenas em um curso pontual (embora cursos pontuais possam ser de grande valia para nossas ações), mas na reflexão sobre o vivido e na tradução constante dos conhecimentos usados para a organização, viabilidade econômica, etc., segundo os princípios da Economia Solidária.

A formação em Economia Solidária precisa apoiar a construção tanto da viabilidade econômica e da formalização das iniciativas econômicas quanto de novas relações entre as pessoas e entre elas e a natureza. Mas qual seria a prática educativa necessária para acompanhar esses processos? É na Educação Popular que as(os) educadoras(es) da Economia Solidária encontram os princípios e metodologia que dialogam com a pedagogia da Economia Solidária. Como vimos anteriormente, os princípios da Educação Popular, como o diálogo, o respeito aos saberes e o engajamento, estão afinados com as práticas e fundamentos dessa nova economia.

O território

Mas, se essa formação tem seu ponto de partida no trabalho, onde ela acontece? A resposta do Movimento de Economia Solidária é que seus processos educativos acontecem no **território**. A Economia Solidária tem um olhar especial para o território, pois entende que é olhando bem de perto como e onde as pessoas vivem e como se configuram as relações econômicas nesses espaços de proximidade que se pode compreender o que está ocorrendo e onde podemos intervir. Para o Movimento de Economia Solidária, “território é um conceito aberto, abrangente, complexo, em construção, que deve contemplar as

relações econômicas, sociais, políticas, culturais, religiosas, etc. dentro desse território e a relação com outros movimentos sociais. A territorialidade vai além do espaço geográfico e limites físicos. Ela contempla, por exemplo, redes e cadeias produtivas” (V Plenária Nacional de Economia Solidária).

Para a Economia Solidária, o território é o “espaço de construção da autogestão” onde podemos fortalecer a nossa identidade. Para isso, é fundamental o reconhecimento das culturas locais e dos saberes populares, bem como a aliança entre todos(as) aqueles(as) que, dentro do território, partilham dos mesmos princípios. Em outras palavras, é fundamental a construção de um saber popular, de uma profunda reflexão e sistematização sobre a cultura em que estamos inseridas(os), de modo a nos engajarmos na construção de um saber popular, no seio da luta junto ao povo, por meio do diálogo.

Sendo o território o ponto de partida das transformações sociais, a Educação Popular dentro dos territórios não tem apenas a função de sensibilização dos atores daquele lugar para a Economia Solidária, mas também a de ser o conjunto de práticas que possibilitem a reflexão e a ação na construção de outras relações econômicas e sociais.

A articulação da Economia Solidária à educação e à cultura se ancora nas práticas e conceitos da Educação Popular, de saberes e conhecimentos coletivos e livres. A partir da Educação Popular, nosso horizonte está em avançar na vivência sobre a Pedagogia da Autogestão, por meio:

- da gestão participativa das(os) trabalhadoras(es) na construção e no desenvolvimento das atividades formativas nos empreendimentos, redes e comunidades;
- de momentos de reflexão e pesquisa, sobre os processos coletivos de gestão e organização da produção, da vida material e social, como elementos de experimentação no local de trabalho. As experimentações e vivências possibilitam questionamentos e produção de saberes coletivos;
- do território como ponto de partida para imersão na realidade.

V Plenária Nacional de Economia Solidária

Mas por que o lugar onde vivemos é assim tão importante para as transformações sociais? Não seriam mais importantes as discussões governamentais? Não seriam mais efetivas as grandes articulações de nível estadual ou nacional? O pensador e geógrafo Milton Santos nos oferece alguns elementos e reflexões que nos ajudam a entender as peculiaridades de cada lugar e por que eles são espaços especiais de luta e intervenção. Milton Santos diz que em cada lugar há ao menos três dimensões: dimensão técnica, informacional e comunicacional. Na dimensão técnica, podemos ver o grau de interferência; basta pensarmos no quanto o ser humano interferiu na natureza nos lugares onde moramos, pensar em como era aquele espaço antes de haver casas, luz, ruas, etc. Na dimensão informacional, podemos perceber o quanto um lugar recebe informações de outro e o quanto ele mesmo comunica suas informações a outros lugares. Hoje em dia, e cada vez mais, as tecnologias da informação, como a internet e o celular, fazem com que o fluxo de informações entre os lugares seja muito grande. Por fim, nos lugares, podemos perceber a dimensão comunicacional, ou seja, o cotidiano compartilhado pelas pessoas que vivem num mesmo espaço. Enquanto as dimensões da técnica e da informação são exteriores ao lugar, exteriores à comunidade, a dimensão comunicacional é criada e realizada dentro da própria comunidade, no encontro entre as pessoas. Enquanto as dimensões técnicas e informacionais são verticais, ou seja, chegam de fora e alteram as dinâmicas locais, a dimensão da comunicação é horizontal, depende das pessoas que ocupam um lugar. Como é a única dimensão que é criada no próprio lugar, trata-se de um elemento sobre o qual a Economia Solidária precisa estar atenta; é o lugar do diálogo e do encontro das pessoas e, portanto, é o lugar onde a educação acontece.

Há ainda um elemento importante sobre os lugares, que é a sua relação exterior, quase sempre vertical, que gera uma tensão entre o local (o lugar, a própria comunidade) e o global (a cidade, o mundo), que pode ser visto ao observarmos o trabalho: quase sempre as pessoas têm que se submeter a um trabalho direto ou indiretamente governado por uma regulação distante, cujos objetivos são particulares, como a intenção de gerar lucro do dono da empresa. Essas regras se sobrepõem às normas localmente constituídas. O interesse de uma empresa pode ser o de acabar com os espaços da comunidade (e também suas riquezas ambientais) para cumprir a sua intenção: gerar lucro. Apesar de precisar do trabalho, a comunidade não quer que o seu lugar seja devastado, e isso gera uma tensão, um conflito de interesses.

Podemos dizer que as iniciativas de Economia Solidária atuam justamente buscando ampliar essa tensão, colocando como prioritários os interesses do lugar, comunitários, endógenos. Assim, o lugar se abre também como possibilidade de se construir “uma história das ações que seja diferente do

projeto dos atores hegemônicos”, realizando um trabalho de resistência. Prestar atenção ao lugar onde estão imersas as ações da Economia Solidária abre esse conjunto de olhares e potencialidades. É por isso que para a Economia Solidária é tão importante falar em desenvolvimento territorial, pois as iniciativas de Economia Solidária visam transformar as ações nas comunidades, convergindo para um projeto popular, contra hegemônico.

Endógenos: são fatores de dentro para fora

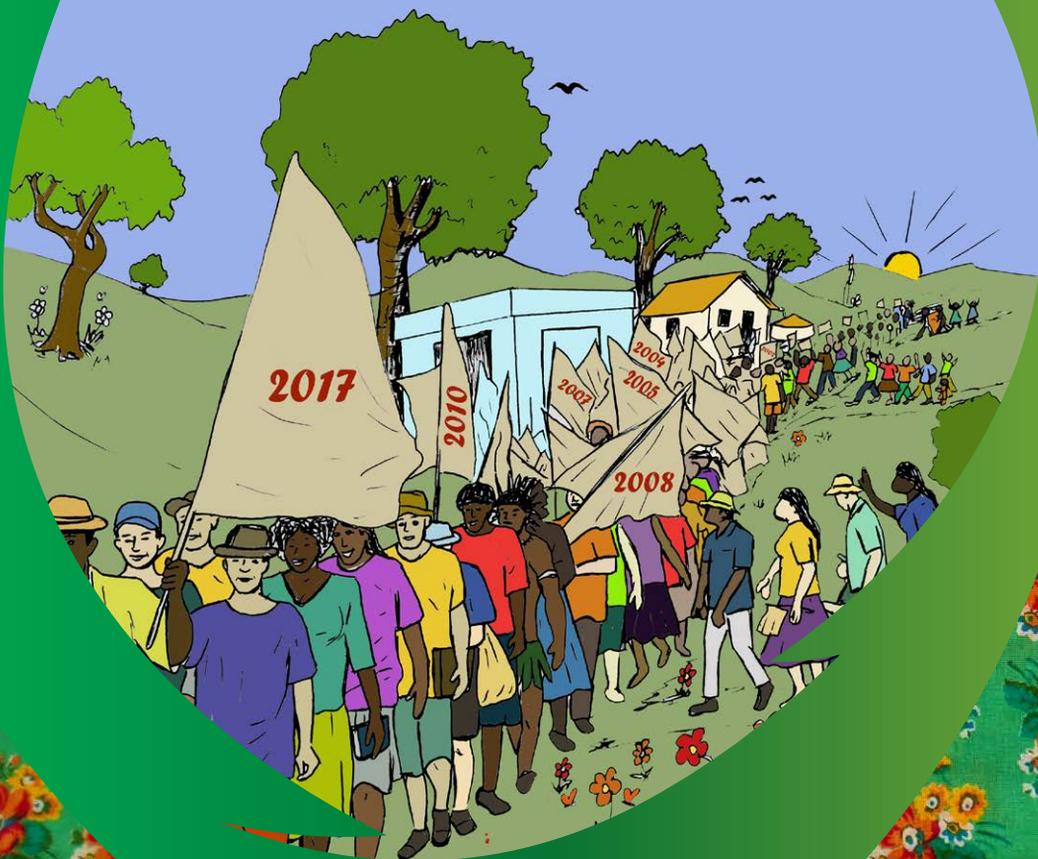
Exógenos: são fatores de fora para dentro

Alinhar as ações territoriais em um projeto comum é parte da tarefa que a Educação Popular em Economia Solidária se propõe. A educação em Economia Solidária articula, portanto, três elementos: Educação Popular, território/territorialidade e autogestão. E, tal como nos lembra o Plano Nacional de Economia Solidária, são esses elementos que devem estruturar toda a “ação pedagógica nos processos educativos em Economia Solidária”. Esse processo de construção de novas relações e novos saberes a partir da prática é exatamente o que falamos no primeiro tópico sobre Educação Popular e seus princípios.





Sistematização do conceito e prática de educação em Economia Solidária



Linha do tempo dos marcos recentes

A educação em Economia Solidária caminha junto com a construção do movimento ao longo de pelo menos 50 anos, desde iniciativas e movimentos como os PACs (Projetos Alternativos e Comunitários), o Cooperativismo Popular (rural e urbano), a organização rural, a luta pela reforma agrária, a constituição de fóruns e redes locais e nacionais de Economia Solidária (em suas várias vertentes, incluindo a socioeconomia solidária), entre outros processos. Foi com o nascimento do Fórum Brasileiro de Economia Solidária e com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, que se deu um processo recente de buscar sistematizar os conhecimentos acumulados sobre as práticas de educação em Economia Solidária até se chegar à síntese que apresentamos neste primeiro capítulo.

A seguir, elencamos alguns marcos na construção desse referencial teórico e prático sobre educação em Economia Solidária, sempre lembrando que os processos educativos da Economia Solidária existem desde que ela começa a ser gestada muitas décadas atrás.

| Ano | Marco | Leia | QR Code |
|------|--|---|---|
| 2005 | I Oficina Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária | http://bit.ly/2dYG690 |  |
| 2007 | II Oficina Nacional de Formação/ Educação em Economia Solidária | http://bit.ly/2dJYLUw |  |
| 2008 | Criação dos Centros de Formação em Economia Solidária (5 centros regionais e 1 nacional) | http://bit.ly/2dQPwyt |  |

| Ano | Marco | Leia | QR Code |
|------|---|---|--|
| 2010 | Conferência Temática de Educação, Formação e Assessoria Técnica | http://bit.ly/2fKzI0p |  |
| 2010 | Edital EJA/ECOSOL: Educação de Jovens e Adultos Economia Solidária | http://slideplayer.com.br/slide/350828/ |  |
| 2012 | Discussão e elaboração do Projeto Político-Pedagógico com e para a Economia Solidária (Região SE) – Almanaque – Práticas Educativas em Economia Solidária: “Tecendo os Fios de nosso Projeto Político-Pedagógico” | http://bit.ly/2qxrZsU |  |
| 2012 | Projeto Rede CFES – Centro de Formação e Apoio à Assessoria Técnica em Economia Solidária | Sobre o Projeto Rede CFES Sudeste: http://bit.ly/2fKTM79 |  |
| 2012 | Elaboração das Diretrizes Político-Metodológicas para Educação em Economia Solidária (Recomendação 08/2012), fruto das discussões realizadas desde 2005 pelo Movimento de Economia Solidária | http://bit.ly/2eMY9dh |  |

| Ano | Marco | Leia | QR Code |
|------|--|---|--|
| 2014 | Elaboração do Marco de Referência da Educação Popular como Política Pública | http://bit.ly/2f2eZWv |  |
| 2014 | Conferência Temática de Economia Solidária, Educação e Autogestão (III CONAES) | http://bit.ly/2dDSSL8 |  |
| 2015 | Elaboração dos Planos Estaduais de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária | | |
| 2015 | Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária | http://bit.ly/2g450hH |  |

Diretrizes político-metodológicas da educação em Economia Solidária

Resgatamos a seguir as diretrizes político-metodológicas da educação em Economia Solidária, construídas coletivamente durante a Conferência Temática de Educação em Economia Solidária em 2010. Essas diretrizes resumem bem o que discutimos até aqui e nos respaldam nos fundamentos das práticas educativas em Economia Solidária:

- a) Utilizar como referência metodológica os princípios e valores da Economia Solidária, bem como os fundamentos, práticas e metodologias da Educação Popular, estabelecendo como pressuposto o respeito e a valorização dos saberes locais, a formação contextualizada no tempo e no espaço e a socialização de conhecimentos e saberes.
- b) Desenvolvimento participativo de processos e metodologias adequadas de reconhecimento, validação e certificação de saberes dos trabalhadoras e trabalhadores.
- c) Reconhecimento das experiências e dos saberes dos trabalhadoras e trabalhadores envolvidos nos atos formativos autogestionários.
- d) Valorização dos acúmulos, diversidade e pluralidade de iniciativas de formação e assessoria técnica em Economia Solidária.
- e) Afirmação da gestão participativa dos trabalhadoras e trabalhadores envolvidos nas experiências cotidianas dessa outra economia na construção e no desenvolvimento das atividades formativas.
- f) Resgate e valorização dos acúmulos da “Pedagogia da Alternância”, que combina momentos formativos presenciais com momentos de vivência e prática, favorecendo que os aprendizados sejam constantemente experimentados, ampliados e aprimorados, articulando igualmente formação/educação das(os) trabalhadoras(es) com assessoria técnica.
- g) Articulação com as ações e políticas de fomento e apoio à Economia Solidária, tais como incubação, assessoria técnica, promoção do desenvolvimento local, desenvolvimento de estudos, pesquisas e tecnologias aplicadas à Economia Solidária, crédito e finanças solidárias, etc.
- h) Desenvolvem tecnologias adequadas para a autogestão dos empreendimentos econômicos solidários.
- i) Pressupõem a formação continuada e permanente dos diversos formadores educadores na construção de estratégias organizativas e no uso de tecnologias sociais do movimento de Economia Solidária, considerando igualmente todos os aspectos relacionados ao processo produtivo dos empreendimentos econômicos solidários.
- j) Devem envolver a diversidade das iniciativas e manifestações da Economia Solidária, incluindo o planejamento, produção de bens e serviços,

distribuição, comercialização, finanças e consumo solidários, redes e cadeias de cooperação.

- k)** Devem prever e incorporar como parte integrante da estratégia metodológica a realização de processos estruturados de avaliação e sistematização das práticas e experiências desenvolvidas no campo da educação em Economia Solidária, tendo em vista a produção e a socialização dos conhecimentos e/ou tecnologias sociais que resultem das ações efetivadas com e pelos empreendimentos econômicos solidários.
- l)** Considerar as perspectivas de desenvolvimento desde o local como estratégia de reorganização social, econômica, política, cultural e ambiental.
- m)** Promoção da saúde, segurança, qualidade de vida das(os) trabalhadoras(es), suas famílias e comunidades.
- n)** Considerar na construção do conhecimento a importância da relação respeitosa com outros seres vivos como parte de uma dimensão ecológica.
- o)** Ter a pesquisa participativa como referência de estratégias de ação e construção do conhecimento.
- p)** Devem considerar a diversidade política, econômica e cultural do movimento da Economia Solidária, dialogando com as perspectivas dos diferentes movimentos sociais populares.
- q)** Devem contribuir para constituição e fortalecimento da rede nacional de educadoras(es) em Economia Solidária, podendo articular com outras(os) educadoras(es) envolvidas(os) com a temática da Economia Solidária.
- r)** Devem contemplar ações educativas que se destinam a consolidar a estruturação e a sistematização do funcionamento dos fóruns visando fortalecer o movimento da Economia Solidária.

Práticas e metodologias de Educação Popular



Práticas e metodologias de Educação Popular

As práticas de Economia Solidária pautadas pela Educação Popular acontecem todos os dias no seio das experiências das(os) trabalhadoras(es) autogestionárias(os). Faz parte da experiência de Educação Popular procurar sistematizar essas práticas, de modo a consolidar, reafirmar, refletir e reconsiderar, muitas vezes, seus próprios saberes.

Antes de detalhar as práticas, é importante distinguir alguns conceitos que usamos quando falamos em educação:

Metodologia é o conjunto de princípios econômicos, filosóficos, sociológicos, psicológicos, políticos e culturais que orientam nossa ação educativa e investigativa. Também diz respeito ao estudo dos métodos (por exemplo: a metodologia de Paulo Freire pauta-se nos fundamentos de uma educação libertadora).

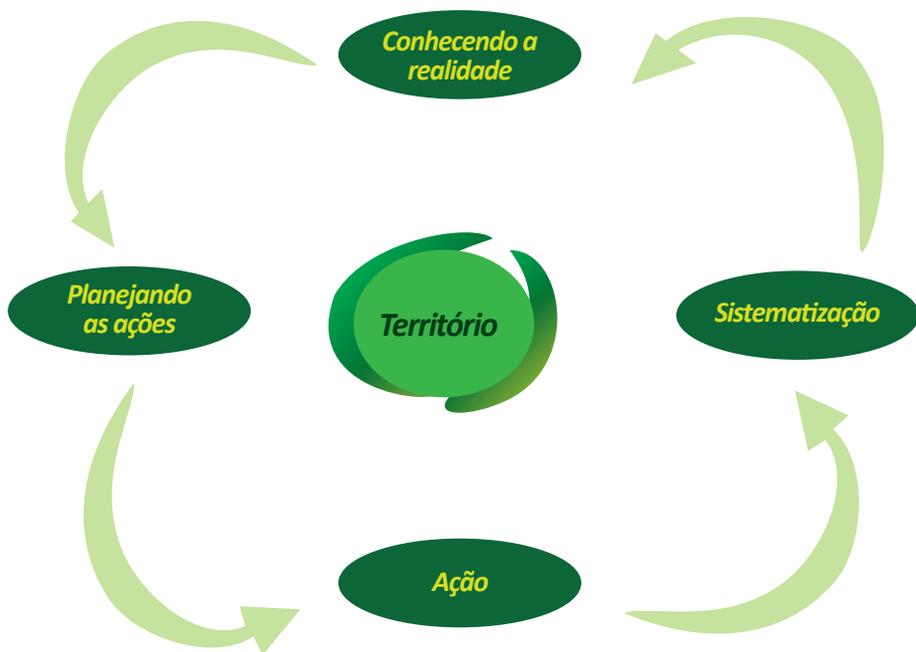
Método é a forma de se colocar em prática determinada metodologia. Diz respeito aos caminhos que elegemos para alcançar um determinado objetivo (por exemplo: o método de alfabetização de Paulo Freire).

Técnicas e dinâmicas são os instrumentos didáticos que integram o método (por exemplo: para favorecer o diálogo, o método de alfabetização de Paulo Freire requer técnicas de dinâmica de grupo; requer também que as pessoas se sentem em círculo).

Recursos didáticos são o conjunto de materiais necessários para o desenvolvimento das atividades formativas (por exemplo: pincel atômico, livros, textos, papéis, tarjetas, quadro ou lousa, *flipchart*, cartolinas, quadro e giz, PowerPoint, etc.)

A seguir, temos uma figura de um ciclo que mostra a base das metodologias de Educação Popular. Elas têm como princípios:

- 1) conhecer o mundo/local/grupo com que atuamos;
- 2) pensar sobre essa realidade e planejar a ação;
- 3) realizar a ação;
- 4) refletir coletivamente sobre como essa ação ocorreu, produzir conhecimento e compartilhar a experiência.



Para compreender concretamente as metodologias que podem ser utilizadas nas diferentes etapas apresentadas na figura anterior, destacamos a seguir um conjunto de práticas concretas, tais como oficinas, ferramentas, roteiros de ação, entre outras. Essas práticas ocorreram, em grande parte, durante atividades do Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste (CFES-SE). Elas se dividem entre os diferentes momentos destacados no diagrama anterior e permitem tanto a reflexão coletiva sobre temas fundamentais para as experiências de Economia Solidária como a construção de ferramentas essenciais nas práticas populares. Além de descrever cada atividade, buscamos elencar dicas para a realização das atividades no seu contexto.



Passo 1: Conhecendo a realidade

Conhecer a realidade é uma atividade central no trabalho de educação em Economia Solidária. Nesse sentido é que pesquisamos, fazemos diagnóstico e levantamos informações sobre o território, os grupos e as pessoas com quem atuamos. Essa ação tem diferentes dimensões. Aqui, inicialmente, apresentamos: a) análise de conjuntura, como ferramenta de conhecimento da realidade em que estamos inseridos; b) outras ferramentas de diagnóstico participativo.

a) Análise de conjuntura

Todos nós fazemos análises de conjuntura a todo momento: para sair de casa, decidir o que compraremos no mercado, se vamos a algum lugar de ônibus ou trem, etc. Analisar a conjuntura é examinar os diversos fatores que influenciam nossa ação. Assim, fazemos a análise de conjuntura para avaliar e decidir como vamos agir. Essa análise nunca é neutra, ela sempre tem um interesse por trás e se relaciona com uma forma de pensar e entender as coisas.

O sentido político da análise de conjuntura é muito importante, pois conseguimos ter uma visão mais abrangente, indo além das informações e fatos que circulam na mídia, entendendo até mesmo como essas informações estão sendo transmitidas e por que se fala de alguns temas mais do que de outros.

Herbert de Souza (o Betinho), em seu livro “Como se faz análise de conjuntura”, nos ajuda a fazer uma análise da conjuntura política a partir de cinco categorias. A seguir, vamos apresentá-las:

| | |
|--------------------------|---|
| Acontecimentos | Fatos acontecem todo o tempo, mas acontecimentos se diferenciam dos fatos normais: são fatos importantes para um país, classe, grupo social ou pessoa. As manifestações de junho de 2013, por exemplo, são acontecimentos, pois foram importantes para a vida de muitas pessoas. Tomando outro exemplo, uma doença em minha família não é um acontecimento para o país, mas somente para mim, meus familiares e amigos; já a doença de um presidente é um acontecimento importante para o país. Na análise de conjuntura, selecionamos quais os principais acontecimentos e também ordenamos quais são os mais importantes. |
| Cenários | O cenário é o contexto onde os acontecimentos ocorrem. Em determinadas lutas, pode acontecer uma mudança de cenário. Por exemplo: a luta dos professores pode acontecer na escola, mas também nas ruas ou dentro do Ministério da Educação, e cada cenário funciona de uma maneira. É importante reconhecer o cenário em que as lutas acontecem e como eles estão estruturados e se organizam. |
| Atores | Os atores podem ser pessoas, grupos ou instituições. Numa análise de conjuntura, os atores são representantes de uma forma de pensar, de uma campanha ou de uma luta. Os atores podem ser, por exemplo, um movimento social, um grupo religioso, uma categoria profissional, um partido político, a mídia, etc. |
| Relação de forças | O momento de analisar a relação de forças é quando buscamos compreender a relação entre os atores, se estão em disputa, se são aliados, se um manda no outro, se são iguais, se cooperam mas têm diferenças, etc. Também avaliamos qual a força que cada ator tem, que depende também do cenário. Por exemplo: em uma luta nas ruas, um movimento social pode ter bastante força em relação a um governo, porém, se a luta é dentro da esfera legislativa, essa relação de força será diferente. Assim, a relação de força pode mudar dependendo do contexto, ou seja, do cenário. Muitas vezes, achamos que um ator social é forte, mas depois de algum acontecimento ele perde força. Um aspecto limitante para avaliar a relação de forças é que nunca se sabe exatamente qual a força de cada ator em cada cenário, pois as forças só se mostram quando são colocadas à prova. O que se pode é inferir, a partir de experiências anteriores, qual deve ser a força de cada ator, de maneira aproximada. Mas mesmo assim deve-se estar pronto para o imponderável, as surpresas. |

Articulação entre conjuntura e estrutura

Todo esse quadro, com diferentes cenários e atores que se relacionam, acontece em um contexto único, com uma história. No Brasil, por exemplo, não podemos falar sobre a luta pela terra sem lembrar da nossa história de escravidão. As relações de escravidão estão ainda na estrutura de nossa sociedade e aparecem nas grandes desigualdades sociais, violência sofrida nas periferias, etc. Essa relação entre a conjuntura e a estrutura permite entender o alcance e os limites de nossas ações e também nos ajuda a não ser cooptados, pensando que estamos fazendo boas ações quando na verdade podemos estar apenas reforçando uma estrutura de desigualdade e opressão, quando vemos com mais profundidade o contexto da nossa ação.

A seguir, apresentamos uma proposta de atividade para fazer uma análise de conjuntura, tendo como base as categorias apresentadas anteriormente.

Atividade – Análise de Conjuntura

Objetivo: Fazer coletivamente uma análise de conjuntura

Tempo: 4 a 5 horas

Material necessário: canetão, kraft e fita crepe

Metodologia:

- a)** Explicar para o grupo qual a intenção de uma análise de conjuntura e apresentar as cinco categorias que serão trabalhadas: Cenários, Acontecimentos, Atores, Relações de Forças e Relação entre conjuntura e estrutura.
- b)** Dividir o grupo em subgrupos para fazer um exercício, selecionando inicialmente os cenários, depois pensando os acontecimentos, atores, relação de forças e relação com a estrutura.
- c)** Apresentação dos exercícios de análise de conjuntura.
- d)** Montagem de um quadro comum.
- e)** Discussão do quadro.

Exemplo – Análise de Conjuntura (ênfase na juventude)

| Acontecimentos | Cenários | Atores | Relação de Forças | Conjuntura e Estrutura |
|--|----------------------------|---|---|--|
| <p>Manifestações de junho de 2013</p> <p>Polarização das posições de esquerda e direita</p> | Ruas | <p>Grupos religiosos</p> <p>Movimentos sociais</p> <p>Grande diversidade de atores com pautas diversas</p> | Mais disputa nas ruas – jovens na luta X jovens conservadores e mantenedores de estruturas de poder | Violência do Estado |
| Dificuldade de acesso à produção cultural na grande mídia | “Grande” mídia | <p>Mídia hegemônica</p> <p>Setores da igreja</p> <p>Empresas</p> | Pouca força dos movimentos pela democratização da mídia | <p>Concessão do Estado</p> <p>Poder das grandes empresas</p> |
| Revolução da tecnologia e maior acesso | Internet e mídias digitais | <p>Empresas</p> <p>Consumidores, produtores independentes</p> | Possibilidade de criar e publicizar conteúdo | Ainda é uma novidade, não está tão regulamentado |
| Governo federal possibilitou acesso a diversas esferas para a juventude (ensino superior, sair da linha da pobreza, incentivo aos grupos de cultura) | Estado | <p>Bancada BBB (como referência das bancadas da bala, boi e bíblia)</p> <p>Movimentos sociais</p> <p>Partidos políticos</p> | União das bancadas BBB aumenta a fragmentação dos movimentos populares | Estado reproduz poderes econômicos |

| Acontecimentos | Cenários | Atores | Relação de Forças | Conjuntura e Estrutura |
|--|--------------------------|---|---|--|
| Aumento de recursos e possibilidades para os grupos de cultura | Mundo do trabalho | Empresas Trabalhadores informais Tráfico Grupos de cultura | Ainda desfavorável para os jovens, porém foi ampliada a possibilidade de trabalho a partir da cultura e do acesso à educação superior | Luta de classes Globalização Precarização do trabalho |
| Organizações de resistência que lutam pelos direitos das comunidades tradicionais Demarcação de algumas terras Confrontos entre latifundiários e comunidades tradicionais | Comunidades tradicionais | Latifundiários Estado Comunidades tradicionais | Comunidades ainda são muito frágeis em relação ao poder econômico e à violência dos latifundiários | Escravidão Concentração de terras |
| Movimentos culturais (hip hop) Ampliação do acesso a crédito e aumento do consumo na periferia Genocídio da juventude negra Funk ostentação Saraus tradicionais na periferia | Periferias Urbanas | Movimento de juventude de periferia Coletivos de cultura Polícia Tráfico de drogas | Movimento de resistência e organização, porém com muita repressão do Estado | Escravidão Racismo Êxodo urbano Desigualdades Sociais |
| Revolução Verde | Campo | Latifundiários Experiências de agroecologia MST | Expansão do latifúndio, apesar de a questão do agrotóxico estar sendo mais pautada | Êxodo urbano Concentração de terras |

b) Diagnósticos Participativos

Existem diversas técnicas de diagnóstico coletivo. Várias delas têm como base ferramentas como o Diagnóstico Rural Participativo ou Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), que compreende diversos métodos que ajudam as comunidades a desenvolver o diagnóstico de suas realidades, assim como a fazer o planejamento coletivo e realizar suas ações.

Vale ressaltar a importância de o grupo fazer o seu projeto, seu plano, independente de editais. Visto que tem uma importância para o desenvolvimento das estratégias do grupo.

As técnicas de DRP foram desenvolvidas a partir dos anos 80 em contraposição à assistência rural realizada nos anos 1960 e 1970, que se baseava na transmissão das técnicas e conhecimentos sem participação alguma das comunidades atendidas, que deveriam receber passivamente e (re)aplicar os conhecimentos. As ferramentas de DRP foram criadas em contextos rurais, mas podem muito bem ser utilizadas também em contextos urbanos.

Os diagnósticos participativos ajudam na construção da autonomia das comunidades, a partir da participação coletiva. Sua aplicação é feita segundo os princípios da Educação Popular, tendo como a base o diálogo, a complementariedade entre saberes populares e científicos e a participação de todas(os). Nesse sentido, é dada prioridade para utilização de desenhos, imagens e símbolos, considerando que eventualmente pode haver participantes sem o domínio da escrita.

Para realizar um DRP, é importante, antes de mais nada, definir com qual objetivo ela será aplicada e conhecer o grupo/comunidade que vai participar para decidir qual a melhor ferramenta naquele contexto. O papel das pessoas que estão conduzindo o processo é ajudar a organizá-lo para que haja participação de todas(os), destacando as falas importantes, retomando quando necessário o objetivo da atividade e auxiliando na sistematização dos dados e informações. O diagnóstico participativo é, principalmente, uma ferramenta para o levantamento de dados com as pessoas da comunidade, segundo seus interesses.

A seguir, apresentamos sugestão de quatro ferramentas de diagnóstico participativo que são: b.1) Mapa do território; b.2) Linha do Tempo; b.3) Diagrama de Venn; e b.4) Matriz FOFA (Forças – Oportunidades – Fraquezas – Ameaças). Todas essas ferramentas servem de base para a realização de um planejamento de ações, que vamos abordar no próximo tópico.

b.1) Mapa do Território

Objetivo: Construir com o grupo, a partir do conhecimento de cada um, o desenho (uma representação) do espaço em que vivem, do território. O mapa pode focar o registro de diferentes características, dependendo do grupo: recursos naturais, condição de vida (acesso a água, luz, moradia, etc.), estrutura social (quantidade de casas, formas de trabalho, etc.), recursos produtivos, fluxos econômicos, etc. Também é possível imprimir um mapa (grande) do local (tipo Google Maps ou OpenStreetMaps) e construir o desenho sobre o mapa.

Tempo: 1 hora e meia

Material necessário: papel grande (pode ser kraft, cartolina ou flip) e materiais para desenhar o mapa ou no mapa (canetinha, lápis, lápis de cor)

Metodologia:

- a) Reunir as pessoas em torno de uma cartolina grande (no chão ou em uma mesa) e pedir a elas para desenhar o território a partir de perguntas que indiquem coisas importantes para registro, como o lugar em que está sendo feita a oficina, os municípios, estradas, recursos naturais, iniciativas de Economia Solidária, etc.
- b) Realizar a discussão do mapa a partir de grandes temas relevantes para o grupo. Por exemplo: comercialização, finanças, educação, etc.
- c) Caso a oficina tenha outras atividades, pode-se deixar o mapa exposto, sendo um material de consulta constante.

Sistematização:

- Registro fotográfico do mapa.
- Anotar as discussões sobre o mapeamento.

b.2) Linha do Tempo

Objetivo: Reconstruir coletivamente a história vivenciada pelo grupo, setor ou comunidade.

Tempo: de 30 minutos a 1 hora

Material necessário: barbante, tarjetas, canetão e fita crepe

Metodologia:

- d)** Colocar uma fita/barbante/marcação no chão da sala ou na parede. Em uma das pontas, colocar o ano atual.
- e)** Pedir ao grupo para contar quais foram os momentos marcantes e significativos para o grupo, setor ou comunidade em sua trajetória. Podem ser marcados também acontecimentos externos que o grupo acreditar que interferem no contexto interno.
- f)** Cada pessoa que pede a fala e faz o seu depoimento registra também o momento na tarjeta e o posiciona na linha do tempo, marcando o ano em que aconteceu. Assim, os acontecimentos vão sendo organizados por ano.
- g)** Ao final, é feita uma leitura coletiva da linha do tempo e discussão.

Sistematização:

- Anotar a linha do tempo em detalhes, acontecimentos e datas.
- Registro fotográfico da linha do tempo.
- Anotar as discussões sobre a linha do tempo.

Exemplo de Linha do Tempo:

Linha do Tempo do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (2001 a 2016)

| Ano | Acontecimentos |
|----------|--|
| 2001/jan | Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, criado no I Fórum Social Mundial |
| 2002/dez | I Plenária Nacional de Economia Solidária e Carta ao Governo Lula |
| 2003/jan | II Plenária Nacional de Economia Solidária |
| 2003/jun | III Plenária e criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária |
| 2004/ago | I Encontro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários |
| 2008/mar | IV Plenária: “Outra economia construindo outros desenvolvimentos” |
| 2010/jan | I Fórum Social de Economia Solidária e Feira Mundial de Economia Solidária |
| 2010/nov | Decreto nº 7.358 – Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário (SNCJS) e Cria a Comissão Gestora Nacional |
| 2010/dez | Campanha pela Lei de Economia Solidária: iniciativa popular para um Brasil Justo e Sustentável |
| 2011/mai | Mobilizações pelo país frente ao PL 865 |
| 2011/set | Encontro Nacional de Diálogos e Convergências |
| 2012/jun | Cúpula dos Povos por Justiça Social e Ambiental: contra a mercantilização da natureza e em defesa dos bens comuns e V Encontro Latino-Americano de Economia Solidária e Comércio Justo |
| 2012/dez | V Plenária: “Bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável” |

(Fonte: www.fbes.org.br)

b.3) Diagrama de Venn

Objetivo: Construir com as(os) participantes um quadro que contenha as entidades, atores sociais e instituições que atuam no local e a relação que elas têm entre si, demonstrando os diferentes graus de influência delas no cotidiano do grupo, comunidade ou setor.

Tempo: 1 a 2 horas

Material necessário: papel grande (kraft, cartolina ou flip) e canetão ou hidrocor

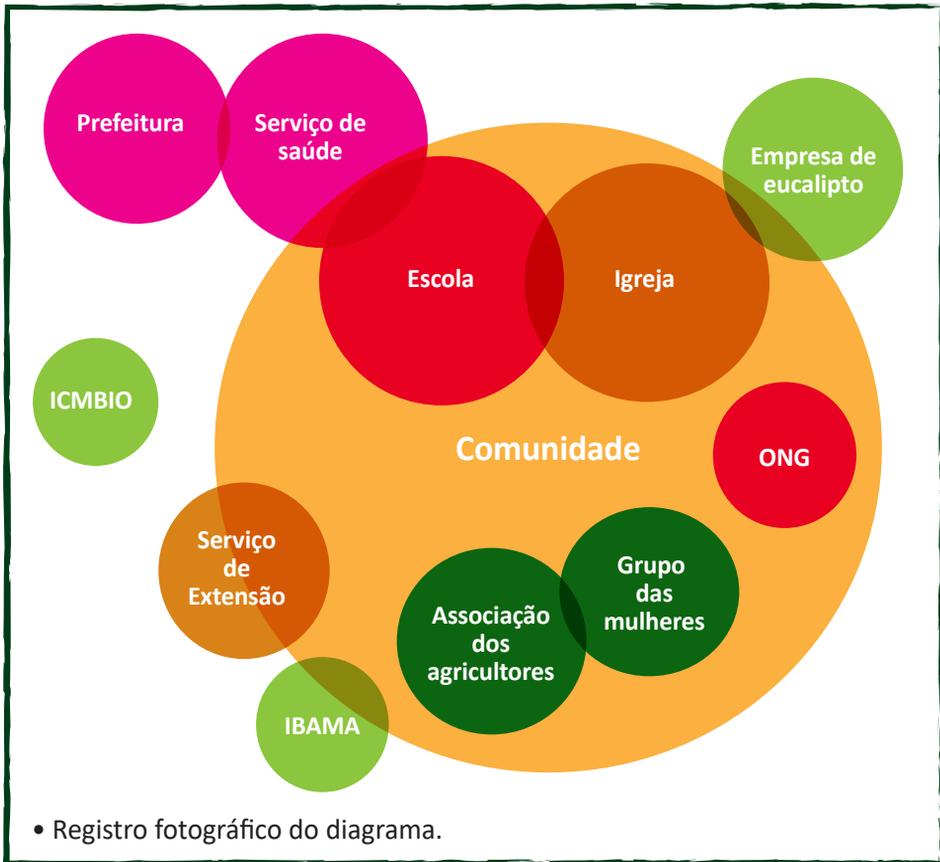
Metodologia:

- a)** No centro de um pedaço grande de papel, fazer um círculo pequeno com um desenho que represente o grupo, setor ou comunidade.
- b)** Pedir aos participantes para listar quais são as instituições, atores e entidades com que o grupo tem relação. Essa relação pode ser técnica, política, financeira ou comercial.
- c)** A distância de cada instituição, ator e entidade com relação ao centro demonstra o nível de relação com o grupo: as mais próximas têm relação mais próxima, e as mais distantes têm relação mais distante.
- d)** O grupo também define o grau de importância das instituições, atores e entidades. As mais importantes são desenhadas em um tamanho maior.
- e)** Apresentação e discussão coletiva do diagrama.

Sistematização:

- Fazer uma anotação detalhada de cada instituição, com o nome, a atuação e o tipo de relação que tem com o grupo/comunidade.
- Registrar a discussão coletiva.

Exemplo de Diagrama de Venn:



Exemplo de Diagrama de Venn, extraído do site do Instituto Sociedade, População e Natureza (<http://www.ispn.org.br>)

Exemplo de Matriz FOFA:

| Forças (internas) | Oportunidades (externas) |
|---|--|
| <ul style="list-style-type: none">* <i>Qualidade dos produtos</i>* <i>Alinhamento de ideais</i>* <i>Desejo de que o empreendimento funcione</i> | <ul style="list-style-type: none">* <i>Parceria com a prefeitura</i>* <i>Novas feiras de Economia Solidária sendo criadas na região</i>* <i>Aprovação do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar</i> |
| Fraquezas (internas) | Ameaças (externas) |
| <ul style="list-style-type: none">* <i>Dificuldades de transporte para as feiras</i>* <i>Falta de capacitação em administração</i>* <i>Dificuldades de pagamento do aluguel</i> | <ul style="list-style-type: none">* <i>Dependência da prefeitura</i>* <i>Produtos chineses</i>* <i>Falta de apoio da comunidade e das(os) consumidoras(es) à nossa proposta de Economia Solidária</i> |

Exemplo de Matriz FOFA de um empreendimento fictício de produção de alimentos agroecológicos

b.4) Matriz FOFA

Análise SWOT ou Análise FOFA (Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças) é uma ferramenta utilizada para fazer análise de cenário.

Objetivo: Fazer coletivamente uma análise FOFA, mostrando visualmente a situação atual do grupo, a partir de fatores internos (identificando as forças e fraquezas) e de fatores externos (identificando as oportunidades e ameaças)

Tempo: 1 hora e meia

Material necessário: papel kraft/cartolina, canetão e fita adesiva

Metodologia:

- a) Levantar com o grupo quais as características internas que favorecem o grupo e quais o enfraquecem – forças e fraquezas
- b) Levantar com o grupo quais as características externas, do contexto, que favorecem ou trazem dificuldades à sua ação – oportunidades e ameaças
- c) Discutir com o grupo o quadro formado e, a partir dele, discutir como se pode potencializar as forças e oportunidades e encontrar soluções para superar as fraquezas e ameaças

Sistematização:

- Fazer uma anotação detalhada da matriz
- Registrar a discussão coletiva.



COOPERATIVA

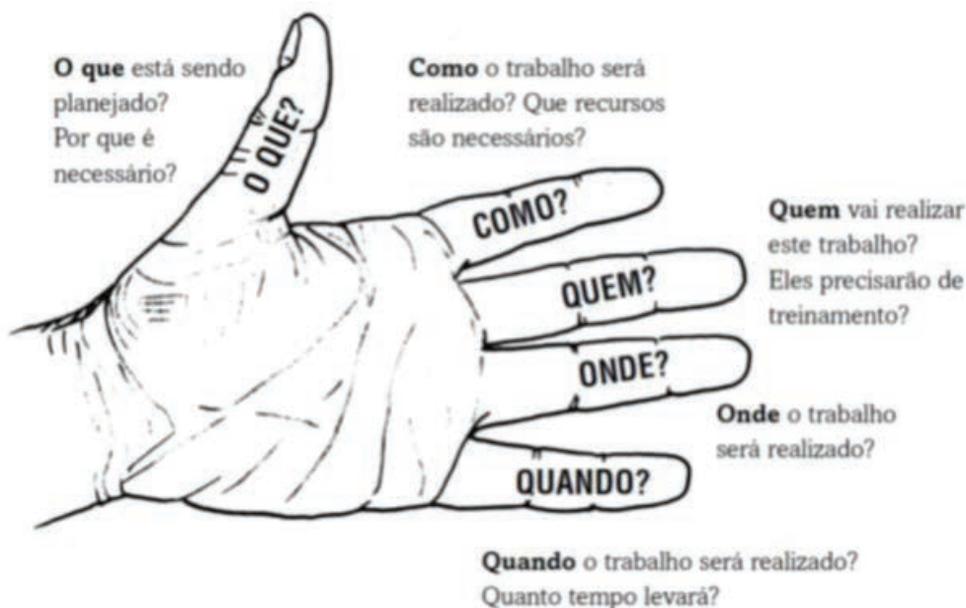
HOJE REUNIÃO DE
PLANEJAMENTO
AS 8:30
VENHAM!

Passo 2: Planejamento das Ações

Antes de realizarmos as ações de formação, é central o planejamento, que por sua vez só pode ser realizado satisfatoriamente se levar em consideração as informações que já foram levantadas durante a análise de conjuntura e o diagnóstico. O planejamento nos permite organizar nossas ações com as prioridades elencadas, ações estas colocadas no tempo, levantando responsáveis, custos e resultados desejados. A seguir, falaremos sobre: a) **planejamento coletivo** (de forma geral) e b) **elaboração de projeto** (de forma mais detalhada).

a) Planejamento coletivo

A pesquisa e as informações levantadas durante a análise de conjuntura e diagnóstico servem principalmente como base para planejar as ações coletivas em direção às mudanças desejadas. Realizar um planejamento é traçar ações comuns, pensar em que lugar vão acontecer e de que forma, colocá-las no tempo e pensar nas tarefas e nas(os) responsáveis. Para fazer um bom planejamento, pode-se centrar o foco em cinco perguntas fundamentais, expostas na imagem a seguir:



É a partir das respostas às 5 perguntas acima que se realiza um planejamento coletivo. A seguir, apresentamos uma proposta de oficina de planejamento coletivo:

Oficina de Planejamento

Objetivo: Construção de um Plano de desenvolvimento local solidário

Tempo: 2 horas e meia (pode demorar mais, dependendo do grupo ou da dimensão de sua atuação)

Material necessário: flip (kraft, cartolina ou lousa) e canetão (ou giz)

Metodologia:

a) Chuva de Ideias – Problemas e propostas

- Fazer um “cochicho” em trios para levantar problemas do território e propostas de soluções.
- Trios apresentam os problemas e uma proposta de solução para cada um (a que lhes pareceu mais importante).
- A partir das falas, vai sendo construído um quadro.

b) Análise das ideias e problemas

- O grupo, coletivamente, dá uma nota para cada ideia de acordo com a dificuldade de implementação de cada uma. As notas variam de 1 a 5: quanto maior a nota, mais fácil é a implementação da ideia. Ou seja, a nota 1 é extremamente difícil e a nota 5 é extremamente fácil de executar e implementar.
- Depois, o grupo realiza a avaliação da importância de cada ideia, também a partir de notas de 1 a 5: quanto maior a nota, mais importante é a proposta. A importância está relacionada com a possibilidade de que a ideia traga resultados positivos para o território, alcançando um número grande de pessoas e resolvendo o problema de fato.

c) Tomando decisões

- Cada proposta é avaliada coletivamente segundo a viabilidade. O cálculo da “nota” de viabilidade é o seguinte: $VIABILIDADE = IMPORTÂNCIA + FACILIDADE$.
- As propostas com maior viabilidade podem ser consideradas como prioridade, porém as outras não são descartadas. A partir da nota final, pode ser que o grupo queira alterar a nota de importância ou de facilidade de cada ideia, e assim alterar a nota final. Isso é saudável e estimula uma melhor apreciação de cada ideia proposta.

d) Organizando a matriz de planejamento

- Organizar as ideias surgidas em uma matriz lógica de planejamento, que nada mais é que uma tabela em que se organizam as ações, tarefas, prazos e responsáveis. Assim, cada ideia se transformará em uma ação com prazo e responsáveis pela sua execução.

Exemplo de Oficina de Planejamento:

| Proposta/Ideia | Facilidade | Importância | Viabilidade |
|---|-------------------|--------------------|--------------------|
| Levantamento do consumo alimentar municipal | 4 | 5 | 9 |
| Organização para atender ao consumo alimentar municipal | 2 | 5 | 7 |
| Criação de um barracão (ponto de comercialização) pela prefeitura | 2 | 5 | 7 |
| Criação de um barracão (ponto de comercialização) pelas associações | 4 | 5 | 9 |
| Criação da feira | 5 | 5 | 10 |
| Criação de frangos caipiras | 4 | 4 | 8 |
| Comercialização de frangos caipiras | 2 | 4 | 6 |
| Criação de uma indústria de beneficiamento de leite | 2 | 3 | 5 |
| Revitalizar a confecção | 2 | 3 | 5 |
| Derivados da mandioca – produção | 5 | 4 | 9 |
| Derivados da mandioca comercialização | 4 | 4 | 8 |
| Derivados da mandioca agroindustrialização | 2 | 4 | 6 |
| Criação de peixes | 4 | 2 | 6 |
| Comercialização de peixes | 5 | 2 | 7 |
| Plantação de flores | 3 | 2 | 5 |
| Comercialização de flores | 4 | 2 | 6 |
| Montar e fortalecer o Fórum Municipal | 5 | 3 | 8 |
| Criação de um Banco Comunitário Local | 1 | 2 | 3 |

Exemplo de Matriz de Planejamento:

| Ações (O que fazer?) | Requisitos (Como fazer?) | Prazo (Quando?) | Responsáveis (Quem?) | Observações |
|--|--|-----------------|----------------------|---|
| Fazer reuniões do Fórum – Toda quarta-feira, às 13h | Mobilizar o público | Até 8/6 | Maria e Sérgio | |
| Fazer o levantamento do consumo municipal | Reunião com os agentes de saúde do Programa Saúde da Família com objetivo de conseguir o apoio deles para o levantamento do consumo. | 27/5 | Joaquim | |
| | Elaboração de um questionário sobre o consumo municipal. | 20/5 | João | |
| Realizar feira livre semanalmente | Elaborar Regimento Interno | 8/5 | Maria | |
| | Fazer levantamento das(os) feirantes | Quinta-feira | | |
| | Organização de produtos/lista de produtos constante na ficha de inscrição de cada agricultor ou empreendimento. | 10/6 | Sônia | |
| Acessar o Programa Nacional e Alimentação | Emissão de DAP – Reunião para cobrar da prefeitura e da Emater. Realizar um mutirão de emissão de DAP. | Marcar | Marta | Organizar uma comissão de duas pessoas por comunidade. |
| Organizar a produção dos seguintes itens: 1. Hortaliças 2. Mandioca 3. Peixes 4. Frango caipira 5. Flores | Reunião com a Emater para solicitar que o extensionista elabore um projeto de produção de cada item. | 10/6 | Marcelo e Edna | Depois dos projetos elaborados pela Emater, encaminhá-los à prefeitura. |
| | Marcar reunião com prefeito da cidade para acordar o apoio da prefeitura para a produção. | Julho | Marta | |

| Ações (O que fazer?) | Requisitos (Como fazer?) | Prazo (Quando?) | Responsáveis (Quem?) | Observações |
|--|-------------------------------|--------------------|-----------------------------|---|
| Elaborar instalações para o beneficiamento dos seguintes itens: 1) Leite 2) Mandioca 3) Peixe | Solicitar projetos da Emater. | 10/6 | Maria, João e Marcelo | Consultar possíveis fontes de financiamento |
| Criar banco comunitário | Aguardar o próximo ano. | 2018 | Aguardar | Aguardar |

b) Elaboração de Projeto

O que é um projeto?

Projeto é um plano para a realização de alguma coisa. Trata-se de um conjunto de ações encadeadas em um determinado espaço de tempo, com determinados custos e responsabilidades.

Nessa definição, já esboçamos três passos importantes: conjunto de ações, determinado espaço de tempo, com determinados custos e responsabilidades. Um projeto só pode receber esse nome se ele for uma forma de organizar uma série de ações, com um começo, um meio e um fim, com um valor definido.

Dessa maneira, um projeto tem data para começar e terminar e, por isso, suas ações não são constantes. É por isso que, dentro de um projeto, não cabem ações que durarão dezenas de anos, ou a vida toda, pois ele precisa terminar em um curto espaço de tempo de modo que possamos avaliar se as ações propostas deram certo.

Detalhando o projeto

Os modelos de projeto que cada edital pede podem variar muito. Por isso, achamos importante apresentar algumas noções gerais que podem auxiliar a escrita de projetos em qualquer ocasião. Falaremos sobre: Identificação do projeto e do proponente; História do proponente; Caracterização do problema e Elaboração da justificativa, Objetivo, Metas, Atividades, Orçamento,

Beneficiários, Resultados esperados, Monitoramento e avaliação, buscando apresentar a definição de cada um deles e fazendo alguns comentários que podem ajudar na hora de escrever o projeto.

Identificação do projeto e do proponente

O primeiro passo no detalhamento do projeto é descrever alguns dados sobre ele e também sobre o proponente. “Proponente” é o nome que damos à organização que vai propor formalmente o projeto. No caso de muitos editais, essa organização precisa ser formalizada e ter CNPJ em dia.

Essa identificação começa com o nome do projeto. É importante que esse nome tenha já algumas informações com um objetivo bem sintético e a área de atuação. Por exemplo: um projeto que trabalhará com ações que tenham por objetivo o desenvolvimento local de uma comunidade chamada Jardim Vitória pode se chamar “Articulando o desenvolvimento local no Jardim Vitória”. Deve-se deixar claro qual o local de realização do projeto: um bairro, um município, uma região, etc. Essa informação é importante, pois nos diz sobre a abrangência do projeto. Alguns financiadores já indicam em seus editais a abrangência que eles querem. Devemos também colocar nesse primeiro momento a duração do projeto.

História do proponente

Antes de começarmos a falar propriamente do projeto, é necessário dizer quem é o grupo que está apresentando o projeto. Para isso, recomendamos que o grupo escreva o seu histórico. A seguir, selecionamos algumas informações que são importantes:

- 1) Data de fundação
- 2) Quem criou o grupo e por quê?
- 3) Em que localidade ele está situado?
- 4) O grupo é composto de quais/quantas pessoas?
- 5) Quais os princípios e valores do grupo?
- 6) Quais foram as principais ações que o grupo realizou?
- 7) Quais são os trabalhos que o grupo fez que têm relação com o objetivo do projeto?
- 8) Quais ações são desenvolvidas pelo grupo?
- 9) Qual é a perspectiva futura do grupo?

Beneficiárias(os) e abrangência

Para entendermos se a proposta, as ações e a metodologia são realmente adequadas, é fundamental conhecermos quem são as(os) beneficiárias(os) do projeto. Por exemplo: educadoras, consumidores, agricultoras, mulheres, quilombolas.

Também é importante a *definição da abrangência do projeto*, ou seja, dizer qual é a região onde as ações acontecerão. Será no município todo? Apenas em um bairro? Em uma região do estado? Qual é o mapa desse território? Nesse trecho, podemos opcionalmente colocar um mapa da região onde ocorrerão as ações do projeto e fazer uma breve descrição do território, em especial dados do IBGE, como número de habitantes, principal ocupação das(os) suas(seus) moradoras(es), perfil do comércio local, das entidades e associações e indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A *descrição do público atendido* deve conter as principais características das(os) beneficiárias(os) do projeto. A seguir, elencamos as principais características que devem ser levantadas: faixa etária; renda média; gênero; acesso a programas de transferência de renda; área de moradia; pertencimento a povos tradicionais.

Esses são apenas alguns elementos, podem ser encontrados muitos outros. Nesse trecho da escrita do projeto, o grupo deve levar em conta quais as características mais importantes daquelas(es) que farão parte do público do projeto.

Essas informações sobre as(os) beneficiárias(os) precisam ser quantificadas, ou seja, *transformadas em números*. Quantas pessoas participarão de todas as atividades do projeto? É claro que se trata de uma estimativa, mas ela não pode ser muito destoante daquilo que o grupo acha que efetivamente conseguirá atender em suas ações.

Agora nós temos dois desafios complementares: descrever o problema do projeto e elaborar uma justificativa. Vamos vê-los separadamente.

Caracterizando um problema

A caracterização do problema é a descrição do problema que enxergamos no território onde o projeto será desenvolvido. Entendemos que o projeto é uma forma de lidar, ainda que em curto espaço de tempo, com algum problema que a comunidade deseja resolver. Exemplo: se o nosso projeto almeja contribuir para o desenvolvimento local do Jardim Vitória, supomos que identificamos que

um grande problema da nossa comunidade é a falta de qualificação profissional, espaço de produção e espaço de comercialização. Portanto, em nosso projeto, esse é o problema que queremos, ainda que em parte, resolver. Portanto, a caracterização do problema, no nosso caso, deve ser descrever detalhadamente como é a falta de qualificação profissional de nossa comunidade e por que achamos que isso é um problema que deve ser resolvido. Dados oficiais, como do IBGE e indicadores municipais, nos ajudam a descrever melhor o problema. A seguir, colocamos algumas perguntas que podem ajudar na descrição do problema do projeto:

- Qual é o problema da comunidade, território, grupo ou setor que o projeto, ainda que em parte, quer enfrentar?
- Há dados oficiais, como IBGE ou indicadores municipais, que demonstram a dimensão desse problema?
- Quantas pessoas são afetadas por ele?
- Há outras comunidades/territórios que têm problemas semelhantes? Como eles enfrentaram esse problema?

Elaborando uma justificativa

Em seguida, precisamos elaborar uma justificativa, ou seja, um texto que diga por que achamos que o projeto que estamos escrevendo contribui para a solução do problema que acabamos de apresentar. É o momento em que precisamos convencer o financiador de que a nossa ideia é boa e pode contribuir para a solução do problema.

A seguir, colocamos um breve roteiro que ajuda a escrever uma justificativa para o projeto.

- Começar escrevendo dados gerais oficiais sobre o tema e território do projeto (a partir do IBGE, indicadores municipais, etc.).
- Argumentar que esse problema apresentado anteriormente pode ser solucionado ou minimizado a partir de algumas ações que o projeto propõe.

- Dizer resumidamente quais são as principais ações e por que elas ajudariam na solução do projeto.
- Se possível, dê exemplos de outras comunidades/territórios que já fizeram ações semelhantes e tiveram bons resultados.
- É importante enfatizar que a equipe que tocará o projeto, bem como a entidade que o está propondo, tem plena capacidade para executar o projeto. Nesse sentido, pode ser interessante elencar outros projetos realizados pela entidade e seus resultados.
- Se o projeto for contar com apoiadores (mesmo que não financeiros), como prefeitura, outras organizações, universidades, etc., esses apoios devem ser descritos aqui.

Objetivo

Agora é necessário escrever o objetivo. O objetivo do projeto é aquilo que se deseja alcançar com a sua realização. Ele deve ser simples e direto, resumindo em uma frase aquilo que se deseja transformar na realidade do território. Ele pode ser dividido em “objetivo geral” e “objetivos específicos”. Isso significa dizer que, se o objetivo geral é abrangente, cabe dentro dele vários pequenos objetivos que ajudam a esclarecer o que se deseja transformar com o projeto.

Metas

A meta é também uma espécie de objetivo. A diferença é que a meta deve ser escrita de forma quantitativa, ou seja, de uma maneira que possa ser verificada. Fazemos isso para ter alguma maneira de ver se o projeto cumpriu seus objetivos. Para isso, devemos transformar os objetivos específicos elaborados em objetivos quantificáveis, ou seja, metas. A seguir, fizemos um quadro para ficar claro a transposição de objetivos específicos em metas, usando ainda o exemplo fictício de projeto de desenvolvimento de Jardim Vitória.

| Objetivos específicos | Metas |
|---|--|
| Ampliar a formação profissional dos(as) moradores(as) de Jardim Vitória. | Criar 1 centro de formação profissional em corte e costura. |
| | Realizar 5 cursos de formação em corte e costura para 50 pessoas cada. |
| Fomentar a comercialização de produtos produzidos por grupos da própria comunidade. | Criar 1 espaço de comercialização dos grupos de costura na sede da associação. |

Nesse quadro, podemos ver que o objetivo específico “Ampliar a formação profissional dos(as) moradores(as) de Jardim Vitória” se transformou em duas metas: Criar 1 centro de formação profissional em corte e costura; e Realizar 5 cursos de formação em corte e costura para 50 pessoas cada. Assim, o objetivo específico se tornou quantificável através das metas. Ao final do projeto, se houver apenas 4 cursos realizados, saberemos que o projeto não cumpriu o que se propôs.

Dessa maneira, quantificar as ações do projeto é importante não apenas para o financiador saber se as ações propostas foram realizadas, mas também para que possamos fazer a gestão do projeto, saber o que já fizemos e o que ainda falta ser feito de modo a chegar ao final do projeto com todas as ações previstas concluídas.

A definição das metas nos leva à etapa seguinte: definir as atividades do projeto.

Atividades

Do objetivo geral criamos objetivos específicos e dos objetivos específicos criamos metas. Agora é preciso, a partir de cada meta, estabelecer quais são os passos para que essas metas sejam realizadas. A esses passos damos o nome de atividades. Para podermos visualizar melhor o encadeamento dos passos, para que se tornem uma caminhada, é fundamental dizermos quando eles começam e terminam.

Para isso, devemos pegar cada meta e pensar: “quais são os passos para que essa meta seja atingida?”. Como exemplo, apresentamos de modo esquemático as atividades da meta “Realizar 5 cursos de formação em corte e costura para 50 pessoas cada”:

| Metas | Atividades | Início | Fim |
|--|---------------------------------------|--------|-------|
| Realizar 5 cursos de formação em corte e costura para 50 pessoas cada. | 1. Criar programação e adequar espaço | 6/10 | 7/10 |
| | 2. Contratar professor | 6/10 | 8/10 |
| | 3. Divulgar e realizar matrículas | 7/10 | 7/10 |
| | 4. Realizar o curso | 8/10 | 12/10 |

No exemplo anterior, definimos quatro atividades que acreditamos que, quando realizadas, a meta será cumprida. Na hora de estabelecer os prazos de início e fim da atividade, é importante cuidar para ver se de fato as atividades serão realizadas no prazo planejado. Quanto mais detalhado e cuidadoso for esse processo, melhor será a gestão e o acompanhamento do projeto. Esse nível de detalhamento nos permite fazer o orçamento do projeto.

Orçamento

O orçamento do projeto é a estimativa dos custos envolvidos para a sua concretização. Para fazermos um bom orçamento, é importante organizar as informações de forma que seja possível visualizar metas e atividades (para que saibamos exatamente a que ação o custo está relacionado), os itens de despesa (que tipo de custo essa ação envolve), a unidade e a quantidade, o valor unitário e o valor total do projeto.

Para produzir esse levantamento de custos do projeto, é necessário fazer uma pesquisa de preço. Se o projeto prevê a compra de equipamentos, devemos pesquisar, em pelo menos três locais, o valor dos equipamentos, colocando, no projeto, um valor aproximado. Essa regra vale para todos os custos do projeto, da compra de materiais à contratação de pessoas. Essa tomada de preços é fundamental para que esse levantamento seja próximo aos custos reais do projeto, pois, se esses custos forem maiores do que previmos, teremos grandes dificuldades em realizar o projeto. A seguir, utilizamos a mesma meta e atividades anteriores para fazer um exemplo:

| Meta | Atividades | Itens de despesa | Unid. | Quant. | Valor Unit. | Valor total |
|------|--|--|-------|--------|--------------|--------------|
| 2 | 1. Criar programação e adequar espaço. | Contratação de pessoa física: pedreiro e coordenador | Meses | 5 | R\$ 1.500,00 | R\$ 7.500,00 |

| Meta | Atividades | Itens de despesa | Unid. | Quant. | Valor Unit. | Valor total |
|------|-----------------------------------|---|----------|--------|--------------|--------------|
| 2 | 2. Contratar professor | Contratação de pessoa física | Meses | 4 | R\$ 1.000,00 | R\$ 4.000,00 |
| | 3. Divulgar e realizar matrículas | Contração de pessoa física (comunicação) e contratação de pessoa jurídica (impressão de material de divulgação) | Contrato | 2 | R\$ 1.000,00 | R\$ 2.000,00 |
| | 4. Realizar o curso | Material de consumo (apostilas e lanche) | Contrato | 1 | R\$ 800,00 | R\$ 800,00 |

Pelo exemplo, podemos observar que é necessário colocar uma unidade para os itens de despesa (gasto) e em seguida apontar a quantidade, o valor unitário e o valor total. Isso deve ser realizado com todas as metas e atividades. É a partir da soma de cada um desses gastos que se chegará ao valor final do projeto.

Metodologia

Agora que já detalhamos o projeto até o nível dos seus custos, é preciso descrever a forma como faremos o projeto acontecer. O encadeamento de ações do projeto, detalhando como fazer para que o projeto seja realizado, é o que chamamos de metodologia.

Não há nenhuma regra especial para escrever a metodologia de um projeto. Entretanto, há alguns detalhes que devem ser levados em consideração na hora da construção do texto. A seguir, elencamos alguns tópicos:

- *Uma boa introdução.* No começo do texto da metodologia, é importante situar o leitor sobre os princípios que norteiam as ações do projeto. Por exemplo: em um projeto de educação, explicitar a Educação Popular como integrante da metodologia é importante. Em um projeto de desenvolvimento local, as ideias de autogestão, Economia Solidária e cooperação são bons pontos de partida para estabelecer quais serão os princípios-guias da metodologia. Esses princípios devem estar em consonância com os princípios do grupo.
- *Organizar a ação.* Um caminho interessante é estruturar as ações do projeto em eixos. Isso significa agrupar as ações em grandes temas de ação que ajudarão na hora da execução. Por exemplo: podemos definir que as ações do

nosso processo seguirão a seguinte estrutura: a) diagnóstico com os envolvidos no projeto, b) definição de responsáveis e prazos, c) execução das atividades e d) avaliação. Esse modo de organização auxilia na gestão do projeto.

- *Descrever as ações do projeto.* Depois de organizar as ações do projeto em eixos, é importante descrever cada uma dessas ações. Isso significa explicar como cada uma delas será organizada e implementada, quem será responsável por elas e que instrumentos de monitoramento e avaliação estarão presentes no processo.
- *Avaliação e monitoramento.* Ao final da descrição da metodologia, pode-se agrupar as formas de avaliação e monitoramento do projeto de modo a dar maior visibilidade a esse importante segmento da metodologia. Há muitos instrumentos de monitoramento e avaliação possíveis. O próprio grupo pode inventar instrumentos que deem conta da avaliação e monitoramento do projeto, tais como relatórios periódicos, indicadores, reuniões de acompanhamento, etc.

Resultados esperados

Agora é possível elencar quais resultados esperamos que aconteçam com as ações do projeto: resultados mais evidentes, como a realização das metas, ou resultados mais amplos e subjetivos. Esses resultados devem se relacionar com os objetivos do projeto e suas metas, como no exemplo a seguir:

| | |
|---------------------|---|
| Resultado 1: | Centro de Formação Profissional instalado |
| Resultado 2: | 5 cursos de formação realizados |
| Resultado 3: | 1 espaço de comercialização instalado |
| Resultado 4: | Novos empreendimentos de Economia Solidária criados |
| Resultado 5: | Aumento da renda das famílias envolvidas |

Reparem que os três primeiros resultados esperados estão dialogando com as metas do projeto, pois a primeira coisa que esperamos com o projeto é que suas metas sejam realizadas. Também esperamos outros resultados, que têm relação com as ações do projeto, mas são efeitos indiretos dele. Nesse exemplo, colocamos a criação de novos empreendimentos de Economia Solidária e o aumento da renda das famílias envolvidas. Dado que o projeto prevê a formação profissional em um centro de formação da Economia Solidária, embora não seja meta do projeto, achamos que podemos elencar como resultado esperado a criação de novos empreendimentos e, conseqüentemente, o aumento da renda dessas pessoas.

Monitoramento, Avaliação e Sistematização

Vale ressaltar a importância de garantir monitoramento do projeto objetivando verificar se os proponentes estão ou não atingindo os objetivos almejados. Assim o monitoramento é fundamental por ser um instrumento prático para observação, ao longo da execução do projeto. Faz-se necessário, portanto, construir um conjunto de perguntas que consigam responder às seguintes questões: 1. Como vai o projeto como um todo?; 2. Como está o desenvolvimento das atividades?; 3. Que reflexões podem ser feitas acerca do futuro do projeto? O monitoramento tem o papel fundamental de ser uma conexão entre o planejamento e a avaliação. Ele vai apontar as riquezas e os desafios ao longo da execução.

A avaliação é outra dimensão importante que muitas vezes é confundida com o monitoramento. É necessário construir mecanismos para: 1. Criar um processo de análise crítica das atividades; 2. Apreciar, medir e ponderar o seu grau de cumprimento; 3. Confirmar o alcance e pertinência das metas e dos objetivos e observar os seus resultados e impactos produzidos pelo projeto na realidade (CERIS/APD-2005).

Já a sistematização tem o papel de refletir sobre o conjunto das práticas com o objetivo de “pinçar” os aprendizados, os desafios, os entraves, as tensões e contradições ao longo das experiências vividas no projeto. Vale perguntar: como era a vida das pessoas antes do projeto? Como está na execução? Como está a vida das pessoas após a execução do projeto?

Oficina – A autogestão na construção de projetos

Objetivo: Construir coletivamente as bases para um projeto

Tempo: 3 horas

Material necessário: canetão, tarjetas, fita crepe e kraft

Metodologia:

1) Compartilhando expectativas (30 minutos)

- Pedir a cada participante para escrever em uma tarjeta qual é a sua expectativa. Deixe que as pessoas pensem por cerca de 10 minutos.
- Em seguida, pedimos a elas para colocar essas tarjetas na parede e damos mais alguns minutos para que elas leiam as expectativas das(os) demais.
- Quem estiver mediando a dinâmica pode enfatizar as expectativas comuns, bem como aquelas que são muito diferentes. Pode-se perguntar às pessoas se elas se reconhecem nessas expectativas e se podemos dizer

que aquelas expectativas são as do grupo. Essas expectativas devem ser sempre retomadas, pois elas representam aquilo que as pessoas esperam com o projeto. Todo o trabalho que se seguirá deverá necessariamente dialogar com elas. O projeto deve ser um meio de colocar em prática, de modo bastante concreto, as expectativas do grupo.

2) Definindo um objetivo (30 minutos)

- Pede-se a alguém do grupo para dizer, sem pensar muito, qual seria um objetivo para o projeto. O mediador deve anotar na lousa, ou em um kraft, a proposta de objetivo, ler junto com todas(os) e, a partir de perguntas dirigidas a todas(os) as(os) participantes, chegar a uma formulação do objetivo do projeto que contemple todo o grupo.
- Esse objetivo deve ser a união de duas coisas: a expectativa e as vontades do grupo e os objetivos do edital que o projeto concorrerá.

3) As ações do projeto (30 minutos)

- Entrega-se uma folha ao grupo com a pergunta “para alcançarmos o objetivo que acabamos de elaborar, o que precisamos fazer?”. Entrega-se tarjetas a esses grupos e, a partir do objetivo já definido, as(os) participantes colocam em cada tarjeta uma ação.
- Quando todas(os) terminarem, colam-se as tarjetas das ações na lousa e a(o) mediadora(o), junto com o grupo, vai agrupando as ações semelhantes, descartando aquelas que o grupo todo entende como não pertinentes ao projeto, de modo que depois desse processo estejam elencadas todas as ações do projeto.
- Com essa lista de ações definidas, é importante o grupo se perguntar: “realizando todas essas ações, o nosso objetivo será cumprido?”. Se sim, então as ações estão definidas. Se não, é preciso mexer nelas, acrescentar ações, etc.

4) Construindo um cronograma de execução (1 hora e 30 minutos)

- Colocamos no chão um kraft contendo uma linha do tempo com o início e o fim do projeto, em meses. Entregamos às(aos) participantes tarjetas com as ações definidas no exercício anterior. Então pedimos a elas(es) para colocar cada ação no momento em que acham que essa ação deve se iniciar. Para indicar a duração da ação, faz-se um risco da tarjeta da ação até o mês em que ela termina.
- A(O) moderadora(o) entrega também ao participante dois grupos de tarjetas de cores diferentes. Em uma das cores, as pessoas terão de escrever como elas farão para que aquela ação aconteça. Na outra cor, indicarão quem fará aquela ação.

- Ao final desse processo, teremos não apenas um cronograma das ações do projeto, mas a metodologia das ações, ou seja, como faremos para que elas de fato aconteçam, e as pessoas ou instituições ou empreendimentos responsáveis por implementá-las.

Podemos dizer que, com esses passos, a ideia geral do projeto está praticamente construída. O que falta então é fazer o detalhamento de cada uma dessas coisas em um formato que seja de fácil visualização para aquelas(es) que vão ler o nosso projeto e também responder a outros tópicos específicos ao edital que vamos concorrer.

Resumo dos passos para iniciar a construção de um projeto

1. Descobrir as expectativas do grupo.
2. A partir das expectativas, traçar o objetivo do projeto coletivamente.
3. Com o objetivo definido, traçar as ações que farão com que o objetivo seja cumprido.
4. Montar uma linha de tempo com a execução do projeto.



Passo 3: Ação Coletiva

Seguindo a análise de conjuntura, o diagnóstico e o planejamento, partimos para a **atuação coletiva**, no território ou em uma dimensão mais ampla, com ou sem um projeto formal, de modo que o Passo 2 é opcional.

A seguir, apresentamos três formas de ação que podem ajudar enquanto ferramentas de transformação da realidade. São elas: **3.a) Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário a partir da Educação Popular; 3.b) Teatro do Oprimido; e 3.c) Comunicação Popular.**

a) Desenvolvimento Territorial Sustentável e Solidário a partir da Educação Popular

A ideia de desenvolvimento nos faz pensar em algo que progride, que vai melhorando com o passar do tempo. Entretanto, a ideia de progresso não é a mesma em todos os momentos da história ou para todos os povos.

Durante a história, em nome do desenvolvimento das sociedades, entendido principalmente como desenvolvimento material, povos foram escravizados e a natureza (entendida como recurso) vem sendo esgotada.

Atualmente temos o desafio de reconstruir nosso padrão de desenvolvimento, que é baseado sobretudo na produtividade. O principal índice para medir o desenvolvimento dos países ocidentais é o PIB (Produto Interno Bruto), que é a soma financeira de todos os bens e serviços finais produzidos em determinada região. No contexto atual, é importante pensar em outros índices, principalmente porque a natureza não é finita e o objetivo central de nossa vida não pode ser produzir cada vez mais indefinidamente.

É a partir desse questionamento, que foi criado no país do Butão, localizado no sul da Ásia, que obtemos o índice FIB (Felicidade Interna Bruta), que é construído a partir de uma combinação dos seguintes critérios: bem-estar psicológico, saúde, uso do tempo, vitalidade comunitária (confiança, pertencimento), educação, cultura, meio ambiente, governança e padrão de vida.

A proposta do FIB traz à tona as mesmas preocupações que observamos nas experiências de desenvolvimento territorial solidário. Elas têm como cerne colocar o bem-estar das pessoas como centro do desenvolvimento, e não a acumulação de riqueza material, mas como saúde física e mental e sustentabilidade ambiental. Nessas propostas, o sentido do desenvolvimento não é dado pelas grandes corporações, mas pelas próprias pessoas, que participam ativamente das decisões e ações dentro do território.

Oficina Desenvolvimento Territorial

Jogo da memória:

Objetivo: Apresentar possibilidades de temas para discutir o território de forma lúdica.

Tempo: 30 minutos

Material necessário: 30 temas impressos em tarjetas (duas para cada tema. Exemplo das cartelas: Economia Solidária, Conselho Tutelar, Educação, Cultura, Saúde...), tela de TNT ou papel kraft.

Metodologia

a) Alinhar as tarjetas na tela de TNT ou papel kraft.

- b)** Solicitar a todos e todas que visualizem os temas escritos nas cartelas e memorizem a sua posição.
- c)** Virar todas as cartelas.
- d)** Formar 3 grupos e cada grupo indica uma(um) jogadora(o) – pessoa responsável por manipular as tarjetas para encontrar tarjeta similar a partir do comando do grupo.
- e)** O grupo vencedor é aquele que tem o maior número de cartelas em mãos.
- f)** Pode-se estabelecer um prêmio para quem ganhar. E, quando o jogo terminar, pode-se problematizar a valorização dos vencedores na sociedade capitalista.

Reflexão crítica sobre os temas do “jogo da memória” (trabalho em grupo)

Objetivo: Refletir sobre os problemas da comunidade.

Tempo: 3 horas

Material necessário: papel grande (flip, kraft ou cartolina) e canetão

- a)** Dividir os temas das tarjetas entre os grupos. Pode-se perguntar se existem outros temas de interesse que não estão nas tarjetas.
- b)** Pedir ao grupo que priorize 5 temas para discutir (exemplo: saúde, educação, segurança pública, Economia Solidária e juventude).
- c)** Partindo dos temas priorizados em cada grupo, refletir:
 - “O que tem e o que não tem na minha cidade/território?”
 - Se tem, como funciona? Se não, por que não tem?
- d)** Apresentação dos diagnósticos dos grupos sobre a cidade/território,

A cidade/território que queremos... (trabalho em grupo):

Objetivo: Refletir sobre a cidade que queremos.

Tempo: 1 hora e meia

Material necessário: papel grande (flip, kraft ou cartolina), revistas e jornais, cola e material para escrever e colorir (hidrocor ou giz de cera)

- a)** A partir dos temas trabalhados no diagnóstico, os grupos elaboram propostas para a “cidade/território que queremos” em forma de cartaz, com colagens, desenhos, frases...
- b)** Apresentação das propostas.

Sistematização das informações (desenvolvimento x Economia Solidária):

Tempo: 1 hora

- a) Sistematizar as informações coletivamente, no sentido de construir os consensos no grupo

Avaliação

Tempo: 30 minutos

- a) Rodada de falas em que as pessoas respondem à pergunta: como saio da oficina?

b) Teatro do Oprimido

“Palavra, imagem e som, que hoje são canais de opressão, devem ser usados pelos oprimidos como ferramentas de rebeldia e ação, não passiva contemplação absorta. Não basta consumir cultura: é necessário produzi-la.”

Augusto Boal, 2009, p. 19

O Teatro do Oprimido é uma metodologia de teatro que foi criada (baseado em várias referências) por Augusto Boal a partir de sua experiência no Brasil e em outros países da América Latina onde esteve exilado durante a ditadura militar. Essa metodologia é formada por diferentes técnicas teatrais, jogos e exercícios que visam desnaturalizar reações de nosso corpo e de nosso pensamento, ou seja, ela ajuda a transformar o que está incorporado como reação mecânica. Nesse sentido, trabalha questões relativas à opressão que já consideramos como normais em nosso cotidiano, permitindo um diálogo rumo a desconstrução desses comportamentos.

Além disso, o Teatro do Oprimido é uma forma de democratizar, aumentar o acesso das pessoas ao teatro, à sua produção e, assim, é mais um canal de expressão das pessoas, de suas ideias e sentimentos. As dinâmicas são facilitadas por um “curinga”, que é alguém que pesquisa o Teatro do Oprimido, um ator/artista com trabalho também pedagógico.

A seguir, apresentamos a proposta de alguns jogos que podem ser realizados a partir das técnicas do Teatro do Oprimido.

O contrário de Jackson

Objetivo: Este jogo possibilita a desmecanização, discutindo como tendemos a fazer o que nos mandam.

Tempo: 20 a 30 minutos

Material necessário: espaço aberto em que todos possam andar.

Procedimento:

a) O curinga solicita a todos que andem pelo espaço, depois pede que parem.

b) Depois diz que o que vale são os contrários: quando ele disser para andar, todos devem parar; e quando disser para parar, todos devem andar. Vai introduzindo outras regras: saltar e bater palma; falar o nome baixinho e gritar.

É importante que se introduza uma regra de cada vez e que os participantes a repitam algumas vezes antes de fazer os contrários.

Dica: É um bom jogo para o início de uma oficina ou na volta de um intervalo, uma vez que ele não é muito complexo e proporciona aos participantes mexer o corpo ao mesmo tempo que se divertem, além de promover a concentração.

Hipnotismo Colombiano

Objetivo: Desmecanização do corpo, fazendo movimentos incomuns. O jogo também possibilita discutir com o grupo como eles se sentiram comandando e ao serem comandados, assim como foi hipnotizar duas pessoas ao mesmo tempo.

Na última parte, o curinga também poderá usar o jogo como metáfora perguntando ao grupo quando no mundo o que uma pessoa faz influencia todo o grupo (como o governo, a escola, em uma empresa, etc.).

Tempo: 30 minutos

Material necessário: espaço aberto em que todos possam andar.

Procedimento:

- a)** Formam-se duplas e uma(um) participante – “hipnotizadora(o)” – põe a mão a um palmo de distância do rosto do outro, que deve manter o rosto sempre à mesma distância da mão da(o) hipnotizadora(o), assim como as pontas dos dedos na altura do cabelo, e o pulso no queixo. A(O) hipnotizadora(o) faz diversos movimentos com as mãos, enquanto a(o) companheira(o) deve sempre buscar manter a mesma distância entre o rosto e a mão. As mãos da(o) hipnotizadora(o) jamais devem fazer movimentos rápidos, que não possam ser seguidos.
- b)** Depois de uns minutos, hipnotizadora(o) e hipnotizada(o) trocam de posto. Alguns minutos mais e as(os) duas(dois) participantes hipnotizam-se uma(um) à(ao) outra(o): ambas(os) estendem a mão direita e obedecem à mão da(o) outra(o).
- c)** Em seguida, formam-se trios: uma(um) é líder de cada vez, hipnotizando as(os) duas(dois) parceiras(os) com as mãos; depois trocam quem é a(o) líder.
- d)** No final, forma-se um círculo com todas(os) as(os) participantes e uma(um) voluntária(o) vai ao centro e faz movimentos lentos no próprio eixo. Entra no círculo uma pessoa de cada vez e escolhe uma parte do corpo para seguir.

Dica: Apresentar o modelo com voluntárias(os) antes de formar as duplas. O curinga deve ressaltar que os movimentos das(os) hipnotizadoras(es) devem ser lentos de modo a ser possível de a(o) hipnotizada(o) seguir. O jogo deve ser feito em silêncio. O curinga deve estar atenta(o) em como as(os) participantes estão realizando o jogo – se afastam muito o rosto da mão, se fazem o movimento muito rápido, etc. – e ajudar, caso necessário. Esse jogo, por ter várias etapas, pode ser longo demais para ser usado no início de uma oficina, sendo portanto melhor colocar algumas outras dinâmicas antes. O curinga também pode optar por realizar apenas uma parte dessa oficina, dependendo de seu objetivo com o jogo e do tempo de que dispõe.

Jogo das profissões

Objetivo: Esse jogo proporciona a reflexão das relações de poderes, como elas se estabelecem e o que ao estar com a outra pessoa faz com que você saiba que tem mais ou menos poder.

Tempo: 1 hora e meia

Material necessário: espaço aberto em que todas(os) possam andar, tarjetas ou papel sulfite em que estarão escritas, em cada uma, uma profissão ou papel social (quantidade igual ao número de participantes), fita crepe ou durex.

Procedimento:

- a)** Todas(os) em roda. Nas costas de cada participante, cola-se um papel com o nome de uma profissão (ou um papel social), sem que ela(ele) veja o que está escrito. Exemplos: político, pastor, traficante, médico, mulher, homem, criança, louco, prostituta, viciado em drogas, etc.
- b)** Depois, as pessoas começam livremente a interagir a partir desses papéis, sem falar, só com o corpo.
- c)** Ao fim, pede-se que todas(os) formem uma fileira e se coloquem em relação a quanto de poder sentiram ter.
- d)** O curinga pergunta a cada uma(um), segundo a ordem em que as pessoas se colocaram, por que a pessoa sentiu que está naquela posição e, posteriormente, mostra a ela quem ela é no jogo. O curinga vai colocando os papéis ao lado da fila, na ordem em que as pessoas se colocaram.
- e)** Discussão em grupo sobre a atividade – Perguntar se alguém mudaria alguma coisa na ordem de poder e por quê. Deixar que o grupo discuta uma nova ordem e o que dá ou tira poder em nossa sociedade.

Dica: Caso a oficina seja feita com um público de um determinado lugar ou instituição (como escola, penitenciária, órgão público, grupo de Economia Solidária, etc.), pode-se optar por escolher os papéis relacionados a esse lugar (por exemplo: estudante, professora(o), diretora(o), coordenadora(o), etc.).

c) Comunicação Popular

A comunicação popular é uma maneira de fazer comunicação que se origina a partir das ações de movimentos populares. Diferente da comunicação convencional, que é feita por poucos, a comunicação popular tem um caráter coletivo. Assim, antes de pensarmos nos meios em que a comunicação pode ocorrer, é importante saber que a ideia de uma comunicação popular está inscrita nas próprias lutas populares e provém delas.

A ideia de comunicação se relaciona com um emissor e com um receptor, ou seja, na forma como acontecem os fluxos de informação. De onde vem e para onde vai a informação? Que tipo de informação circula? Como se dá esse processo e por quais meios? Por que alguns tipos de informação circulam mais do que outros?

Os meios de comunicação que conhecemos, como canais de televisão, rádio, jornais e internet, têm interesses ao veicular as informações que divulgam. Aprender a olhar criticamente para esses meios de comunicação e a informação que eles veiculam é fundamental para entendermos o que muitas vezes está por trás das informações que recebemos. É importante não apenas estarmos atentos à comunicação a que somos expostos, mas também nos engajarmos em processos de construção de uma comunicação popular, que não se trata apenas de pensar os meios pelos quais se comunicar, mas principalmente sobre qual conteúdo e como.

O Brasil é um dos países com maior concentração da mídia. Apenas seis grupos de comunicação controlam as principais empresas de comunicação do país. Esse cenário dificulta a possibilidade de pluralidade de opiniões e diversidade de formas de comunicação, o que seria necessário para a construção de uma opinião pública autônoma, que só é possível com o debate das ideias e com o direito à comunicação, definido pelo Intervenções da seguinte maneira:

Significa que todas as pessoas devem ter condições para se expressar livremente, ser produtoras de conteúdo e fazer circular essas manifestações, sejam elas opiniões, informações ou produções culturais. Para tanto, é preciso que o Estado adote medidas contra as diferenças que limitam a condição de produtor e difusor de informações a tão poucos grupos e garanta o exercício do direito à comunicação de forma plena e em linha com o direito à informação e à expressão, já que os direitos humanos são complementares e indivisíveis.

INTERVOZES. Caminhos para a luta pelo direito à comunicação no Brasil

A luta pelo direito à comunicação passa pela visão crítica à mídia atual e também pela produção independente de comunicação, que permite uma construção mais plural dos meios de comunicação (*blogs, zines, sites, vídeos, músicas, informativos, etc.*) e das vozes escutadas.

Falar de comunicação popular é falar do objeto central da dinâmica da cultura popular, de relacionamento entre pessoas e grupos, da história do povo, de memória, de oralidade e de identidade. É falar sobre experiências de vida de grupos sociais, repletos de diversidades, e não simplesmente sobre meios de comunicação, canais ou tecnologias. Trata-se, portanto, de um tema que envolve conflitos de desejos de mudança, de esperança e de resistência. Não se trata de opor dialeticamente comunicação popular e comunicação de massa, ou comunicação popular e comunicação de elite. A comunicação da cultura popular perpassa e é perpassada por outras comunicações, por outras culturas. Não há linearidade e nem sempre há fronteiras definidas, assim como não há quando definimos “cultura” e seus infinitos fenômenos. Há particularidades, assimetria, não linearidade, complexidade, singularidades.

Segundo Círcia Peruzzo, a comunicação popular é “(...) *expressão de um contexto de luta*: é o meio de conscientização, mobilização, educação política, informação e manifestação cultural do povo. É canal por excelência de expressão das denúncias e reivindicações dos setores organizados da população oprimida. *Conteúdo crítico-emancipador*: as mensagens que se transmitem nessa comunicação são de acordo com a opção que as pessoas (...) vão fazendo, (...) que vai se gestando geralmente por meio de uma organização popular, na qual os objetivos são claros e de acordo com as lutas de um povo em prol de sua libertação.” (PERUZZO, Círcia. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*)

Quando nos engajamos em um processo de comunicação popular

Quando estamos construindo ou participando de processos de comunicação coletiva e popular, é fundamental pensarmos em algumas coisas: **o que e como** devemos comunicar? **Quando e quanto?** **Por quê?** Para trabalhar essas questões, apresentamos a seguir uma sugestão de oficina que nos ajuda a pensar alguns elementos da comunicação popular. Ela pode ser usada tanto para se pensar a comunicação geral de uma organização como para algo específico, relacionado a alguma pauta que os movimentos e grupos populares desejem comunicar.

Como já apontado diversas vezes neste caderno, todos os processos de Educação Popular devem ser pensados coletivamente. Assim, dessa mesma forma, a comunicação popular deve ser um processo coletivo, que conte com

ampla participação e possa representar os desejos coletivos. Colocamos a seguir alguns tópicos que podem ser discutidos e decididos coletivamente em uma ou mais oficinas, a depender do nível de aprofundamento que o grupo deseje.

Por que devemos comunicar

Um processo de comunicação popular deve estar a serviço de um sentido, de um porquê. É importante que o grupo se faça esta pergunta: por que temos a necessidade de comunicar algo? E de onde essa necessidade surgiu? A discussão dessas questões mostrará os sentidos da comunicação que queremos empreender, ou seja, quais são as nossas motivações para começar um processo dessa natureza. Isso porque a comunicação sempre responde a uma necessidade, algo que queremos dizer a alguém, como quando mandamos um *e-mail* ou telefonamos para uma pessoa. Quando fazemos isso é porque queremos dizer algo, porque queremos que a pessoa com quem tentamos falar saiba de algo. É fundamental nos perguntarmos desses porquês para que nosso processo de comunicação se inicie em bases sólidas.

O que devemos comunicar

Quando começamos a nos questionar sobre as informações que nos chegam, percebemos que quem nos manda as informações sabe exatamente o que querem que a gente saiba. Pense nos jornais e na televisão, por exemplo. Muitas vezes esses veículos apresentam algumas informações e escondem outras, ou seja, é um processo que tem intencionalidade. Isso significa que há alguém que escolhe o que comunicar. Assim, quando formos nos engajar em um processo de comunicação popular, é fundamental que coletivamente façamos discussões definindo o que queremos comunicar: qual é a nossa pauta?

O grupo pode fazer um levantamento de questões, a partir da pergunta “o que queremos dizer?”. Muitas questões parecidas poderão aparecer e deverão ser agrupadas para se chegar a uma questão comum. É importante que a comunicação tenha foco, pois quando queremos dizer tudo acabamos por não dizer nada. Escolher alguns temas e assuntos importantes para o coletivo é um caminho muito importante.

Para quem comunicar

Quando vamos realizar um processo de comunicação, devemos saber exatamente a quem queremos comunicar. Como a comunicação funciona na relação entre um emissor (que manda a informação) e um receptor (que a recebe), é fundamental sabermos quem a gente quer que receba a nossa informação. Imagine a situação absurda que seria se fôssemos ligar para alguém

sem saber para quem. Se já sabemos por que queremos comunicar e o que queremos comunicar, devemos definir para quem, ou seja, quem será nosso interlocutor.

Isso é importante, pois, dependendo da pessoa com quem queremos nos comunicar, mudaremos nossas estratégias de comunicação. Se queremos nos comunicar com um público que não tem costume de ler, não adianta escrever um livro: precisaremos de textos curtos, imagens, etc. Se nosso público é de pessoas de mais de 40 anos, é melhor usar gírias e imagens da década de 90 do que as de hoje. Assim, nossas estratégias de comunicação dependerão de quem queremos que receba nossa informação.

Como comunicar? Algumas ferramentas

Depois de definidos os sentidos da comunicação (o seu porquê), o que se quer dizer (o que) e para quem se quer dizer, é hora de pensar nas estratégias de comunicação, ou seja, como devemos comunicar. Os meios de comunicação que mais conhecemos são a internet, a televisão, o rádio e o jornal. Excluindo a internet, que é um caso à parte, os outros são meios de comunicação em que normalmente somos meros receptores. Geralmente não fazemos televisão nem programas de rádio nem produzimos um jornal, pois esses meios têm um curso muito alto, muito distante das realidades populares. Entretanto, ao longo da história de lutas, os movimentos sociais foram criando uma série de alternativas de comunicação popular, que apresentamos a seguir e que podem ser interessantes ferramentas que potencializem a nossa ação.

Jornal Mural

Uma forma de comunicação é fazer um Jornal Mural, ou seja, um jornal que fique fixado em algum lugar de grande circulação daquelas pessoas a quem você quer comunicar algo, seja de maneira simples, numa folha de papel A4, seja em espaços mais amplos, como um quadro de cortiça ou de outro material.

Nesse mural, podem ser afixados textos e imagens produzidos pelo próprio grupo ou de outros autores (recortes de jornais e revistas, impressos da internet, etc.). Como esse é um mural que se lê em pé, é importante lembrar que as informações não devem ser muito extensas.

O Jornal Mural pode ter um tema específico ou ser aberto a diferentes temas. Tudo depende de como o grupo o organiza, definindo: 1) se haverá algum tema específico, 2) quem deverá produzir as informações 3) com que frequência será atualizado.

Mídias sociais

Cada vez mais são utilizadas dentro da internet as redes sociais, ou seja, *sites* que possibilitam a troca de informações entre as pessoas, que permitem a criação de grupos e a veiculação ampla e rápida de informações. Nelas, qualquer pessoa pode publicar conteúdo e não tem praticamente nenhum custo.

Entre as mídias sociais mais usadas estão: Facebook (rede social), os *blogs* (publicações independentes), Wikipédia (enciclopédia livre e aberta), MySpace (rede social voltada à música), YouTube (rede de compartilhamento de vídeos), Instagram (rede de compartilhamento de fotos), Twitter (rede social), entre outros.

O movimento de Economia Solidária criou uma mídia social chamada Cirandas.net com o objetivo de possibilitar a articulação econômica, social e política entre as(os) integrantes do movimento e outras(os) interessadas(os). A partir do Cirandas, os empreendimentos podem divulgar e comercializar seus produtos, articularem-se em redes temáticas, territoriais, entre outras coisas. O endereço eletrônico é <http://cirandas.net/>.

Blogs

Os *blogs* são páginas na internet em que é possível publicar diferentes conteúdos, tais como textos, imagens ou vídeos. Em geral, os *blogs* já têm uma estrutura e *design* predefinidos, com um número pequeno de opções para seu visual, e são bem mais fáceis de ser produzidos do que os *sites*. O usuário faz suas publicações, chamadas de *posts*, que podem ser diárias, semanais, mensais, etc., dependendo do *blog*.

Atualmente, os *blogs* são uma importante ferramenta de comunicação em nossa sociedade. Através deles, várias pessoas, organizações e movimentos sociais conseguem compartilhar suas ideias e alimentar um debate público mais plural e democrático, sem grandes custos.

Para fazer um *blog*, deve-se buscar na internet os *sites* que oferecem esse serviço, em muitos casos gratuitamente, como o Cirandas.net e o Blogspot.com. Nesses casos, existem tutoriais simples para construir o próprio *blog*.

Rádio comunitária, Rádio livre e Rádio Poste

As rádios comunitárias têm um raio de alcance curto (um quilômetro) e são criadas para transmitir informações, partilhar produções culturais e contribuir para a melhora da vida da comunidade em que estão inseridas. Elas são espaços abertos à comunidade e, mais do que isso, estimulam a participação das pessoas na elaboração e produção cotidiana de sua programação e conteúdos. Já as rádios livres não são legalizadas, mas cumprem o papel de comunicar, de forma autônoma, as vozes da comunidade.

As rádios comunitárias ou rádios livres não têm fins lucrativos e são organizadas, em geral, por associações locais. Para abrir uma rádio comunitária, pode-se consultar o *site* do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (www.mcti.gov.br), no qual as instruções estão sistematizadas.

A Rádio Poste possui um alcance menor que a rádio comunitária, sendo transmitida por alto-falantes acoplados em um poste.

Jornais alternativos – Zines

O Zine é uma ferramenta de comunicação que funciona como um livreto. Ele é feito de forma independente e seus produtores fazem todo o processo: desenham, montam, escrevem, cortam, distribuem. É uma forma de comunicação barata e de fácil acesso e sua reprodução é feita por cópias.

Em geral, os zines têm um tema específico, como feminismo, anarquismo, alimentação, plantas medicinais, entre outros. Assim, são distribuídos, trocados ou vendidos em lugares onde há interesse pela temática. Pode ser, por exemplo, durante uma formação ou evento.

Memes

Outra forma eficiente de comunicação é através da criação de memes para distribuição nas mídias sociais e especialmente em aplicativos de comunicação de celular como WhatsApp e Telegram. Meme é um termo grego que significa imitação. O termo é bastante conhecido e utilizado no "mundo da internet", referindo-se ao fenômeno de "viralização" de uma informação, ou seja, qualquer vídeo, imagem, frase, ideia, música, etc., que se espalhe entre vários usuários rapidamente, alcançando muita popularidade. A ideia aqui é criar imagens com frases de grande impacto, normalmente divertidas e surpreendentes, às vezes com sentidos ambíguos, de modo a divertir a pessoa e fazê-la parar para pensar.

Os memes têm sido usados cada vez mais como forma de estimular as pessoas a refletir sobre um assunto e clicar para saber mais. Esse *link* pode ser um *post* em um *blog* ou mídia social com mais informações que permitam o aprofundamento sobre um determinado tema. Podemos, portanto, conceber os memes como elementos de viralização e de "pescagem" de pessoas para que se aproximem de determinado tema.

Veja a seguir um exemplo de meme usado durante a luta do movimento de Economia Solidária contra a subordinação da política nacional de Economia Solidária ao microempreendedorismo:



Atividade – Comunicação Popular

Objetivo: Construir coletivamente uma ferramenta de Educação Popular

Tempo: 4 a 5 horas

Material necessário: jornais, revistas, papel, caneta, cola, tesoura, tecidos, roupas de figurino.

Metodologia:

a) O mediador seleciona inicialmente algumas notícias de jornal e compartilha com o grupo, discutindo sobre como tratariam determinado assunto apresentado pela mídia.

b) Levantamento de definição de pauta (30 minutos).
Grupo define de forma livre (pode ser consenso, votação, etc.) que tema/questão ou assunto quer tornar público.

c) Produção.

1. Discutir com o grupo de forma crítica como a mídia produz informação, como é manipulada e leva com ela interesses (30 minutos).

Levar exemplo de jornais e revistas para observar o que é colocado em destaque. Discutir que a proposta da educomunicação não é fortalecer as relações de poder e opressão já existentes, mas sim os processos de autonomia coletiva e individual e a expressão do senso crítico.

2. Nesse momento, o grupo concretiza as ideias levantadas anteriormente, decidindo (2 horas):

- como será a produção (escrita, teatral, musical, vídeo, fotonovela, etc.);
- quais as etapas (dividir em tópicos/quadros/cenas);
- planejar cada etapa (o que vai ser discutido, narrado);
- como cada pessoa quer participar do trabalho.

d) Apresentação (de 1 a 2 horas).

1. Nessa parte, é ressaltada a importância do outro no processo de comunicação.

2. Pode-se também discutir com o grupo como a insegurança é comum nesse momento e a vontade de realizar uma boa comunicação.

**Atividade baseada na experiência do coletivo “Cala boca já morreu”. Fonte: LOPES LIMA, Grácia. Educação pelos meios de educação-produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação. São Paulo: Instituto GENS de Educação e Cultura. 2009, disponível em: <http://portalgens.com.br/livroeducucomunicacao/educacaopelosmeiosdecomunicacao-gracialopeslima-2009.pdf>*



Passo 4: Sistematização

A sistematização é outro passo do processo formativo. Trata-se de um processo coletivo de construção de conhecimento sobre a prática que tem diversas etapas. Inicialmente é uma forma de organizar informação que pode ser, por exemplo, um relatório ou uma ata. Mas, na sistematização, além de organizar informação, também a analisamos e interpretamos, refletindo sobre o que aprendemos com a experiência e com a ação. Assim, para sistematizar, não basta coletar dados. Precisamos pensar sobre eles coletivamente, e esse é um processo que precisa ser planejado. O quadro a seguir apresenta essa diferença, mostrando como a sistematização de experiências consiste em refletir sobre um aprendizado coletivo e registrá-lo:

Sistematização de Informação

A **sistematização** é a ação cotidiana de recolher, ordenar, classificar e registrar qualquer tipo de dados. Sistematizar é como construir um estoque de informações sobre determinado assunto, evento ou pessoa. E, a partir dela, podemos produzir relatos, cartazes, cartilhas, etc. O mais importante na sistematização é a organização e o armazenamento.

Sistematização de Experiência

A **sistematização de experiência** acontece quando a decisão de sistematizar não está relacionada apenas a organizar e armazenar informações, mas quando o mais importante é analisar e refletir sobre os processos vividos e os aprendizados obtidos pelas pessoas que tomaram parte na experiência. O mais importante é o que as pessoas aprenderam com o processo vivido.

Fonte: Sistematizar experiências é outra história (IMS/2012)

O objeto da sistematização é algo que vivemos, que faz parte de nossa experiência. Assim, as pessoas que viveram a experiência também são as protagonistas em pensá-la e construir conhecimento sobre ela. De forma geral, encontramos a seguinte variedade de razões para sistematizar:

- Para analisar as condições do momento em que nos encontramos.
- Para orientar de forma consciente e organizada a continuidade do processo como um todo.
- Para que todos os grupos participantes da experiência se apropriem dela.
- Para estabelecer consensos básicos entre componentes do grupo, favorecendo a cooperação e a responsabilização de todos na ação.
- Para recuperar e socializar experiências significativas.
- Para construir conhecimento, a partir da reflexão sobre as práticas vivenciadas.
- Para adquirir maior capacidade de criar e de utilizar instrumentos metodológicos que nos ajudem a compreender e transformar a realidade social.
- Para instrumentalizar processos de diagnóstico e avaliação, ajudando a tomar decisões quanto às reais prioridades de ação.

Fonte: Sistematizar experiências é outra história (IMS/2012)

Portanto, de forma geral, **sistematizar experiências**:

- É construir novos saberes, compartilhando as vivências de cada participante. O que aprendemos com essa experiência?
- É contar como aconteceu, juntando as opiniões e lembranças das pessoas que participaram da experiência. Como aconteceu?
- É situar o contexto no qual a experiência foi pensada, ou seja, como era antes?
- É analisar o que aconteceu, procurando identificar as causas e efeitos das decisões tomadas. Por que aconteceu dessa forma, poderia ter sido diferente?
- É identificar os aspectos nos quais a experiência foi bem-sucedida e em quais não foi.
- É identificar lições, ou seja, quais conhecimentos adquiridos a partir dessa prática podem servir para outras experiências?
- É compartilhar as lições aprendidas com a sistematização. Como podemos contar aos outros o que aprendemos?

Fonte: Sistematizar experiências é outra história (IMS/2012)

A seguir, apresentamos uma síntese da metodologia de sistematização introduzida no “Guía Metodológica: Sistematización de Experiencias Locales de Desarrollo Agrícola y Rural”. Para realizar essa metodologia, é preciso montar uma equipe de sistematização, que vai estabelecer um cronograma para as etapas da sistematização.

Metodologia inspirada no “Guía metodológica: Sistematización de Experiencias Locales de Desarrollo Agrícola y Rural”:

1) Definir o que será sistematizado.

- O que queremos sistematizar? Por que escolhemos essa experiência? O que ela tem de especial/singular?

2) Mapear os atores.

- Quem esteve envolvido na experiência? Quem interferiu diretamente e indiretamente? Quais os diferentes pontos de vista sobre o que aconteceu? Como construir consensos?

3) O que já existe de informação sistematizada sobre essa experiência?

- Organizar essas informações.

4) Organizar entrevistas com as pessoas envolvidas.

- Selecionar pessoas que tenham pontos de vista diferentes sobre o que aconteceu.

QUESTÕES PARA ENTREVISTAS

Como a experiência começou? O que deu início a ela? Surgiu para resolver um problema que o grupo encontrava? Ou foi uma nova oportunidade que apareceu?

Como é o **contexto** maior no qual a experiência está inserida? Quais influências teve? Ajudou? Dificultou? Como?

Como aconteceu a experiência? Qual foi a sequência de fatos? Quem participou? Qual foi o papel de cada um? Como foi realizada? Quais as estratégias? Que recursos foram necessários? O que ajudou o processo? O que dificultou o processo?

Nesse momento, quais foram os resultados da experiência? Quais são os resultados possíveis de medir (quantidades) e os que não são. Por exemplo: aumento de experiência, articulação política, aumento de confiança entre as pessoas, etc.).

- Comparar como era antes e como está agora (exemplo: aumentou a quantidade de produtos, os canais de comercialização, etc.).
- Como os resultados foram distribuídos?

O que aprendemos? O que achamos que pode ser repetido por nós ou por outros grupos? E o que não deveria ser feito?

- 1) Organizar as informações colhidas nas entrevistas.
 - Principais informações.
 - O que as pessoas falaram de comum e o que foi falado de diferente.
- 2) Encontro coletivo (com entrevistados e outros) para apresentar o resultado das entrevistas e a sistematização das informações.
 - Construção de consensos e entendimento aprofundado do porquê das diferentes perspectivas.
- 3) Elaborar um material síntese da sistematização.
- 4) Elaborar estratégia para socializar a sistematização.

Atividade – Sistematização de experiências

Objetivo: Compreender o que é e para que serve sistematização de experiências

Tempo: 2 horas e meia

Material necessário: canetão, kraft e fita crepe

Metodologia:

- a)** Dividir as pessoas em 4 grupos. Cada grupo receberá uma questão e um enfoque a ser adotado:

Grupo I) “Ter o primeiro filho...” – sistematização dirigida aos pais.

Grupo II) “Ter o primeiro filho...” – sistematização dirigida aos filhos.

Grupo III) “O impeachment da presidenta Dilma Rousseff” – enfoque social

Grupo IV) “O impeachment da presidenta Dilma Rousseff” – enfoque econômico

Para fazer o exercício, cada grupo deve responder às seguintes perguntas em relação às situações apresentadas e ao enfoque determinado:

- Como era antes?
- Como foi?
- Como ficou?

b) Cada grupo apresenta suas reflexões e é feito o registro.

c) Que aprendizados é possível coletar? O que eu não faria novamente?

d) Para fechar a atividade, o mediador pode salientar os seguintes pontos:

Perguntar aos participantes por que esta atividade se relaciona com a sistematização.

Diferenciar sistematização de informações (ata e relatório) da sistematização de experiência (processo de registro e comunicação de aprendizado coletivo).

Processo de sistematização de informação: recolher, ordenar, registrar, classificar.

Processo de sistematização de experiências: gera novos conhecimentos e permite compartilhar as aprendizagens – realimentar as práticas internas.



Bibliografia



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária. Brasília, 2006

CARTER, Isabel. Desenvolvendo as capacidades de grupos locais. Guia PILARES. Reino Unido: Tearfund, 2002.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa, 2009, Paz e Terra.

IMS. Instituto Marista de Solidariedade. Almanaque: práticas educativas em Economia Solidária: tecendo os fios do nosso projeto político-pedagógico/Centro de Formação em Economia Solidária da Região Sudeste, Instituto Marista de Solidariedade – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

IMS. Instituto Marista de Solidariedade. Sistematizar experiências é outra história. 2012.

INTERVOZES. Levante sua voz. A verdadeira história da mídia brasileira. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=KgCX2ONf6BU>.

LOPES LIMA, Grácia. Educação pelos meios de educação-produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação. São Paulo: Instituto GENS de Educação e Cultura. 2009. Disponível em: <http://portalgens.com.br/livroeducucomunicacao/educacaopelosmeiosdecomunicacao-gracialopeslima-2009.pdf>.

MELO NETO, José Francisco de. EDUCAÇÃO POPULAR EM ECONOMIA SOLIDÁRIA – UFPB – GT: Educação Popular/n.06 In: http://www.cultura.ufpa.br/itcpes/documentos/educacao_popular_economia_solidaria.pdf.

OCAMPO, Ada y Berdegué, Julio. 2000. Sistematización de Experiencias Locales de Desarrollo Agrícola y Rural. Guía Metodológica. FIDA, Lima.

PEREIRA, Lúcia Helena Mendes. Comunicação popular: para além do bem e do mal. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-lucia-comunicacao-popular.pdf>.

PEREIRA, D. de F. F.; PEREIRA, E. T. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 40, p. 72-89, dez. De 2010.

PERUZZO, Cílicia Maria Krohling. Revisitando os Conceitos de Comunicação Popular, Alternativa e Comunitária. Disponível em: <http://www.unifra.br/professores/rosana/Cicilia+Peruzzo+.pdf>.

SOUZA, Herbert J. Como se faz análise de conjuntura. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004, disponível em <http://e.eita.org.br/analise-de-conjuntura-betinho>.

VERDEJO, Miguel Expósito. Diagnóstico Rural Participativo: Um guia prático. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário/Secretaria de Agricultura Familiar, 2006.

Documento final da V Plenária Nacional de Economia Solidária, “Economia Solidária: bem viver, cooperação e autogestão para um desenvolvimento justo e sustentável”.

J.A. Berdegué, A. Ocampo y G. Escobar. 2000. Sistematización de experiencias locales de desarrollo agrícola y rural. Guía metodológica. Fidamérica-Preva.

CERIS/APD, parceiros de Misereor, Curso para Multiplicadores em PMA, Natal/2005.



Publicado sob licença Creative Commons - alguns direitos reservados.



ATRIBUIÇÃO

Você deve dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciente.



USO NÃO-COMERCIAL

Você não pode utilizar esta obra com finalidades comerciais.



PERMITIR A CRIAÇÃO DE OBRAS DERIVADAS

- Para cada novo uso ou distribuição, você deve deixar claro para outros os termos da licença desta obra.
- Qualquer uma destas condições podem ser renunciadas, desde que Você obtenha permissão do autor.

Economia Solidária

Conheça
Pratique

ISBN 978-85-397-0986-1



9 788539 709861



Rede CFES
Formação e Assessoria Técnica
Sudeste

Parceiros



Fórum Mineiro de
Economia Popular Solidária



Fórum Brasileiro de
Economia Popular
Solidária

Realização



INSTITUTO MARISTA
DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

SUBSECRETARIA DE
ECONOMIA SOLIDÁRIA

MINISTÉRIO DO
TRABALHO



BRASIL
GOVERNO FEDERAL